

Entre Pinela e Paris: emigração e regressos***

INTRODUÇÃO

Este artigo surge no âmbito do projecto de investigação «Envelhecimento da população e retorno: desafios ao desenvolvimento agrícola e rural de Trás-os-Montes», o qual decorreu entre 1996 e 1998. O retorno¹ constituiu o foco de atenção de uma linha de trabalho específica daquele projecto, na qual se visava identificar e caracterizar os motivos do regresso de migrantes (todos com 55 anos de idade ou mais), as ocupações e actividades do pós-regresso, os papéis sociais assumidos pelos regressados e o impacte local do retorno. Para este efeito seleccionaram-se quatro aldeias (Pinela, Cimo de Vila Castanheira, Adeganha e Sever), respectivamente distribuídas pelas zonas agro-ecológicas da Terra Fria, Vales Submontanos, Terra Quente e

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

** Escola Superior Agrária de Bragança.

*** Este texto é um dos produtos da pesquisa efectuada sob o contrato de IC&DT Praxis/2/2.1/CSH/869/95.

¹ Noção entendida aqui na acepção de migração voluntária, não imposta por razões de catástrofe natural, conflito armado ou perseguição política. Assim, o termo *retorno* é tomado como sinónimo de regresso ao país de partida a expensas do próprio imigrado. Note-se que, segundo Rocha-Trindade (1983, p. 91) o I Conselho das Comunidades Portuguesas (Abril de 1981) definiu regresso e retorno de modo distinto, respectivamente deslocação (para o país de origem) voluntária e compulsiva. Em M. Silva *et al.* (1984, p. 59) acham-se estimativas e previsões de retornos da CEE. Os efectivos médios anuais em milhares apresentados são aproximadamente os seguintes: 1961-1965, 3; 1966-1970, 14; 1971-1975, 37; 1976-1980, 45; 1981-1985, 42; 1986-1990, 36. Estas previsões do retorno terão sido algo excessivas, pois, segundo S. Lopes (1998, p. 81), o retorno situar-se-ia a um ritmo de 20 000 indivíduos por ano durante a década de 80.

Douro². O retorno à sociedade de partida é o último elo de uma cadeia e, enquanto objecto de estudo, tem necessariamente de ser ligado aos anteriores. Assim, recolhemos igualmente dados sobre as restantes fases do ciclo migratório e seus contextos histórico-geográficos.

O conhecimento sobre a emigração portuguesa, em particular a da década de 60-70, é substancial³, havendo vários estudos centrados em Trás-os-Montes, os quais focam, em grau variável, o fenómeno migratório: F. Cepeda (1988, 1991 e 1993); J. Portela (1988); M. Ribeiro (1997); S. Nobre (1993); F. Cepeda *et al.* (1995); A. Baptista e J. Portela (1995). Mesmo assim, este artigo visa dar nova achega para o seu aprofundamento. Para além da análise comparativa face a estudos anteriores, trata-se de fazer aqui uma revisitação qualitativa a questões correntes na sociologia das migrações. A óptica adoptada privilegia mais os quadros locais (de partida, de estada e de retorno) e os agregados familiares em que se inscreve todo o ciclo migratório dos regressados do que o trajecto individual *per se*. E mais aqueles microníveis do que os planos macroeconómicos relativos aos países de partida e de acolhimento. Isto, porém, não significa que não reconheçamos que, como bem faz notar M. Silva (1985, p. 116), a emigração assume, desde longa data, características de regulador estrutural do sistema sócio-económico português⁴.

Por um lado, tentamos uma aproximação à abordagem da «nova economia das migrações» que, segundo M. Baganha *et al.* (1996, pp. 234-235), assume que «os vários elementos componentes do agregado agem colectivamente não apenas para maximizar o rendimento esperado, mas também para minimizar os riscos e contornar as ineficiências dos mercados». Por outro lado, temos bem presentes os resultados dos estudos das «comunidades de imigrantes», que, segundo G. Noiriel (1998, p. 45), mostram que as especificidades observadas num dado grupo se explicam antes de mais pelas características respeitantes ao próprio processo migratório, e não tanto pelas

² As aldeias referidas integram-se, respectivamente, nos concelhos seguintes: Bragança, Chaves, Alfândega da Fé e Santa Marta de Penaguião.

³ Para além dos estudos e artigos específicos, importa ter presente que o fenómeno, sendo incontornável, está amiúde tratado em capítulos ou secções de teses de doutoramento.

⁴ M. Pereira (1981), que estudou a fase inicial da emigração moderna portuguesa (1850-1930), a este propósito, refere o seguinte (p. 43): «Durante, pelo menos, 60 anos, de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituiria um instrumento de monetarização da vida rural e um estímulo ao investimento na propriedade fundiária e na construção, como exerceria papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial.» O papel da emigração na economia política de Portugal é também referido por A. Leeds (1983, pp. 1032-1033). Citando o relatório anual (1973) do Banco de Portugal, o autor sublinha que as remessas perfizeram 15% do PNB. J. Arroiteia (1981, p. 26), por sua vez, faz notar a série de medidas que visavam canalizar as poupanças dos emigrantes, designadamente as que regulavam: (a) os depósitos em moeda estrangeira e em escudos; (b) o sistema poupança-crédito, com reflexos prontos no financiamento de casa própria; (c) a protecção fiscal dos emigrantes.

particularidades étnicas ou culturais. Quaisquer que sejam a nacionalidade e a época consideradas, três variáveis são decisivas: o meio sócio-profissional de partida, o local em que o imigrante acaba por se instalar e as características do ciclo migratório.

No decurso da pesquisa e na escrita deste artigo atentámos nos pontos seguintes: razões do ficar, partir e regressar; inserção e adaptação dos migrantes na sociedade de destino e de partida; suas relações familiares, com a sociedade de origem e de acolhimento; apreciação global dos «projectos» migratórios e resultados da emigração; por fim, reinserção na sociedade de partida.

A pesquisa de que aqui se dá conta tem como quadro empírico de referência uma única aldeia da Terra Fria transmontana — Pinela⁵. Os informantes-base foram pessoas regressadas a esta aldeia e que respeitavam as condições seguintes: deveriam ter vivido um período mínimo de imigração de cinco anos e repartir-se por duas categorias de idade: pré-idosos (55-64 anos) e idosos (65 ou mais anos). Entre eles deveriam incluir-se homens e mulheres.

A metodologia utilizada teve em conta o contexto e os objectivos maiores do projecto de investigação, bem como a consequente especificidade dos informantes, pessoas relativamente idosas. Recorremos a entrevistas não estruturadas, orientadas por tópicos-chave que suscitavam relatos de vida acerca da vivência migratória dos membros da unidade familiar. Não se realizaram nem entrevistas individuais nem entrevistas de grupo propriamente ditas, mas sim «sessões de conversação». Nestas participaram um a dois entrevistadores e, no geral, um a dois informantes, que se ajudavam mutuamente no esforço de trazerem à superfície a água funda da memória. Em regra, um dos entrevistadores suscitava e alimentava o relato oral do migrante, enquanto o outro procedia ao seu registo escrito. Estas sessões ascenderam a cerca de três dezenas, tendo participado nelas aproximadamente 50 pessoas. A recolha dos relatos de 29 migrantes (26 homens e 3 mulheres) e de mais 3 mulheres que nunca emigraram foi realizada em Julho e Setembro de 1997.

Eis alguns traços mais do perfil dos inquiridos: 12 deles (40%) tinham mais de 65 anos; 80% estavam casados; cerca de 25% do total viviam sós, 60% viviam em agregados familiares de duas pessoas e os restantes em casas com mais de três pessoas; o número médio de filhos por inquirido era de 3,1; finalmente, os migrantes de Pinela, sobretudo aqueles com mais de 65 anos, não se afastarão significativamente do panorama geral traçado para o conjunto das quatro aldeias acima referidas, segundo o qual 60% dos inquiridos não frequentaram qualquer nível de escolaridade e cerca de 25% não completaram a instrução primária de quatro anos.

⁵ A opção por esta aldeia tem a ver com o facto de um dos autores ter já realizado aí trabalho de campo sobre aspectos da emigração, dispondo-se, assim, à partida, de um capital de informação e confiança a nível local.

Algumas entrevistas reclamaram a resolução, pelo menos parcial, de problemas esperados relativos aos informantes: dificuldades de audição e memória (em particular a datação de eventos), estados de apatia, tristeza, cansaço e desilusão com a vida e rápida saturação psíquica da interação. A conversação, no geral, realizava-se na casa dos entrevistados. Numa sala do Centro de Dia de Pinela tiveram lugar três inquirições e outras tantas ocorreram em ruas da aldeia. Estas tomavam, em regra, entre 45 e 60 minutos. A mais breve, tida com um viúvo visivelmente triste e desiludido com tudo e com todos, durou 25 minutos.

A organização deste texto é simples. Depois de uma descrição sumária da aldeia, passamos à análise dos relatos de vida colectados segundo a cronologia do itinerário migratório. Rematamo-la com uma apreciação global da vivência migratória, seguindo-se as conclusões gerais. Recorremos amiúde à voz directa dos entrevistados, por via dos termos apresentados em itálico. Fazemo-lo não só porque a achamos plena de propriedade⁶, mas também porque nos parece que a voz dos actores anda arredia de textos deste tipo, ou enroupada em formulações rebuscadas, inúteis. Através da bibliografia referida procuramos destacar o cariz comum e singular da inquirição e análise efectuada.

PINELA: UMA ALDEIA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

Pinela é uma pequena aldeia, sede de freguesia, situada a cerca de 20 km da cidade de Bragança. Como em muitas outras aldeias de Trás-os-Montes, as lides domésticas, o cultivo dos campos e hortas, bem como a criação de bovinos constituem as ocupações principais da maior parte dos residentes mais activos. Em 1990-1991 a aldeia tinha um total de 136 casas, das quais 45 estavam «fechadas» e 91 «abertas». Ou seja, um terço das casas pertenciam a famílias ausentes, a maior parte das vezes emigradas. Segundo o censo de 1991, havia em Pinela 107 famílias e uma população presente total de 264 indivíduos, dos quais 139 homens. Os cadernos relativos aos recenseamentos eleitorais de 1988 e 1993 indicam valores de indivíduos recenseados bastante acima do total dos que estão a residir permanentemente na aldeia, respectivamente 388 e 435 indivíduos. Parte desta diferença poderá relacionar-se com o eventual recenseamento eleitoral de migrantes na freguesia de origem. Isto sugere que a «identidade local» ultrapassa a realidade demográfica-residencial, nua e crua.

⁶ Importa fazer notar que os migrantes têm já um falar sincrético, amalgamando no português vocábulos e modos de dizer franceses (*voilà, bon*, no início das frases, etc.), bem como traduções literais de expressões francesas. Algumas delas são apresentadas neste texto, adiante, estando em itálico e entre aspas. Coloca-se seguidamente entre parênteses a expressão francesa que admitimos estar subjacente.

O IP4 melhorou o acesso a Bragança e a Pinela, mas para se chegar a esta aldeia há ainda que percorrer uma estrada estreita, curvilínea e em mau estado. Apesar da proximidade daquela cidade, os residentes lamentam o seu isolamento e a falta de transportes, que alonga sempre muito as distâncias, as físicas e as psicológicas. Assim, as idas aos médicos, às finanças, à segurança social e mesmo à feira ficam muito limitadas pelos horários do autocarro escolar, vigentes tão-só em tempo lectivo, ou ficam à mercê dos favores de um familiar ou vizinho, mais chegado, que tenha carro. E os casos mais urgentes ficam sujeitos ao preço do aluguer de um táxi único.

O isolamento é bem mais real do que parece aos olhos de um observador externo. Poucos residentes em Pinela têm filhos que residam aí ou nas proximidades e, portanto, a eles não podem recorrer em caso de aflição ou necessidade urgente. Os favores a solicitar a outrem, por definição, não são petições diárias e os favores dos transportes entre Pinela e Bragança sempre se pagam, de um modo ou de outro, tais como quaisquer outros favores. Para quem tem já dificuldades de mobilidade própria, como alguns idosos, a inexistência de visitas à aldeia por parte de um médico e ou enfermeiro só acentua o isolamento, quer o objectivamente verificável, quer o subjectivamente sentido. A isto, que não é pouco, junta-se a falta de oportunidades de emprego e trabalho em Bragança. Para jovens e adultos que queiram residir em Pinela e achem trabalho na cidade, a relação custos de transporte próprio/salário inviabiliza a ideia de uma deslocação quotidiana. É mais económico migrar.

E isto é o que têm feito muitos dos seus habitantes, em particular nos anos da emigração europeia, como bem reflectem as «casas de emigrantes» novas e grandes da periferia do povoado, designadamente as que marginam a rua da entrada na aldeia. Esta dispõe hoje de electricidade, água canalizada, serviço de recolha de lixo, escola, três cafés (um deles abre só no Verão) e um pequeno comércio, onde os habitantes se abastecem também de gás. Há ainda um Centro de Dia para pessoas idosas, sendo, à data da inquirição, bastante corrente a opinião de que tal centro *é bom, mas «marcha mal»* (*marche mal*, funciona com deficiências)⁷.

No geral, entre os inquiridos, todos acima dos 55 anos, é perceptível uma certa expressão de palavras, entoações, silêncios e gestos que traduzem um

⁷ Importa precisar o contexto desta visão local. O Centro de Dia limita-se praticamente a servir duas refeições diárias, exceptuando-se o fim de semana. Os idosos queixam-se amiúde do mau estado das ruas, sobretudo no Inverno, o que torna mais difíceis e cansativas as suas deslocações a pé pela aldeia e até àquele centro. Os que têm menor mobilidade e os de idade muito avançada lamentam ainda a falta de apoio domiciliário, em particular durante a noite. O rol das queixas inclui ainda outro cuidado não prestado: a preparação e oferta de pratos de dieta para idosos doentes.

sentimento de isolamento e até mesmo solidão. À medida que a idade avança e a mobilidade recua, as pessoas vão ficando confinadas a um espaço físico e mesmo social progressivamente mais restrito. Note-se, no entanto, que, na maioria dos casos, àqueles sentimentos dos mais velhos não corresponde propriamente o abandono, o esquecimento por parte dos filhos. Grande parte deles, actualmente emigrados ou vivendo noutras localidades do país, procuram manter uma relação bastante estreita com a casa paterna e a aldeia. Telefonam com regularidade e amiúde e visitam-nos, pelo menos, uma a duas vezes por ano. Alguns vêm à aldeia ajudar à vindima ou à apanha da batata e ou da castanha. Alguns inquiridos também visitam os filhos nos seus locais de residência. E entre os mais idosos, há quem passe temporadas mais prolongadas fora da aldeia, na companhia dos filhos.

PINELA — SOBRETUDO A «POBRE» E A «REMEDIADA» — ENTRA EM FRANÇA ANTES DE PORTUGAL INGRESSAR NA CEE

Pinela, um pequeno povoado, conhecia desde há muito a emigração, designadamente para o Brasil, e não se deixou ficar à margem da torrente que transpôs os Pirenéus e arrastou espanhóis, primeiro, e portugueses, depois, para o vasto território francês⁸. Embora desaguassem no mercado de trabalho após os *nuestros hermanos* e muito depois de italianos, e mesmo competindo com argelinos (detentores dos trunfos da comunicação e do saber mínimo acerca dos modos franceses), os portugueses depressa vencem o atraso da partida e batem «recordes» (A. Cordeiro, 1993, p. 363)⁹. A quase totalidade dos inquiridos emigrou na década de 60, mais no primeiro lustro, e o país de destino era praticamente um só, a França. A este respeito, as duas únicas excepções foram saídas para a Espanha e a Suíça, mas para aqui migrou um indivíduo com ofício, o de electricista. Em França trabalharam 93% dos regressados entrevistados e nenhum deles partiu com contrato profissional. Trata-se, pois, de participantes na grande vaga emigratória pós-segunda

⁸ Segundo F. Cepeda (1993, pp. 195-196) «o Nordeste interior apresentou, desde o início do século xx, taxas de crescimento migratório médio anual superiores às registadas a nível nacional, apresentando-se como uma das regiões de maior crescimento relativo da emigração». O mesmo autor faz notar ainda que entre 1950 e 1970 aquele espaço regional «registra as maiores taxas de crescimento migratório médio anual da sua história, correspondendo a de 1960-1970 à maior verificada a nível do continente».

⁹ Segundo A. Cordeiro (1993, p. 363), os portugueses rondariam os 50 000 em 1962 e em 1977 eram mais de 800 000, ultrapassando, assim, o «recorde italiano» de 1931, a uma velocidade de crescimento que somente os polacos tinham conhecido entre 1919 e 1929. G. Noiriel (1998, pp. 45-49) chama muito bem a atenção para os traços distintos e o volume considerável da primeira vaga migratória portuguesa nas primeiras décadas do século xx.

guerra mundial e que se intensificou de 1960 até ao início dos anos 70¹⁰. Esta torrente difere da emigração subsequente a 1973-1974 (J. Guerreiro, 1981; M. Ribeiro, 1997, pp. 99-144)¹¹ e é ainda distinta do surto que tem lugar a partir de meados dos anos 80 (M. Baganha *et. al.*, 1996, p. 234). Como sabiamente fez notar E. Lourenço (1998, p. 22), essa grande vaga inicial, pela primeira vez na nossa história, fez dos portugueses *emigrantes* aos olhos de outros europeus.

Cerca de três quartos dos inquiridos debandaram de Portugal sem o exigido «passaporte de emigrante», isto apesar de o acto constituir crime e não obstante a vigilância da polícia política¹². Foram *a salto, com passador*. Como um deles ironizou, aludindo à economia subterrânea existente à época em ambos os países¹³, partia-se então *com passaporte de coelho*¹⁴. À irregularidade da saída de Portugal e de entrada em França contrapunha-se a regularização da estada no país de destino, obtida com relativa facilidade (J. Peixoto, 1993, p. 302)¹⁵. Entre os emigrados de Pinela o período de regularização variou, porém, entre uma semana e dois anos. A toda esta situação não era, evidentemente, alheio

¹⁰ M. Silva (1985, p. 116), por exemplo, chama a atenção para os factos seguintes: o fluxo das saídas chegou a atingir 180 000 pessoas num só ano (1971); em menos de quinze anos (1961-1974) terão emigrado mais de um milhão de portugueses, isto quando a população residente rondava os 9 milhões. Segundo C. Cónim (1983-1984, p. 78) a partir de meados da década de 70 começa a declinar o fluxo emigratório. Anotem-se os dados: média anual de 60 000 (1961-1965); 126 000 (1966-1970); 99 000 (1971-1975); 26 000 (1976-1980). Depois da crise de 1973, os emigrantes foram sujeitos a pressões para retornarem ao país de origem, designadamente por via do plano Barre em França (A. Leeds, 1983, p. 1037). Segundo este autor, o governo francês ofereceu abertamente 10 000 francos e a viagem de regresso a emigrantes que se comprometessem a não regressar como trabalhadores, mas poucos emigrantes aceitaram.

¹¹ Referindo-se praticamente à década de 70, J. Guerreiro (1981, p. 58) afirma: «A emigração portuguesa reencontrou a anterior vocação transoceânica que até à década de 60 sempre se revelou primordial.»

¹² Após 1966 a saída clandestina do país deixa de ser tida como crime e passa a ser mero delito resolvido por uma multa de 500\$00 paga no consulado português, no caso de o serviço militar ter sido cumprido (M. Poinard, 1983, p. 273).

¹³ Esta economia era bem traduzida nas redes de engajadores-passadores, que promoviam o recrutamento, transporte, transbordo e, por vezes, alojamento inicial e ocupação de «emigrantes clandestinos».

¹⁴ A emigração clandestina, sobretudo para França e em particular entre 1960 e 1974, foi parte muito significativa do volume global da emigração portuguesa. São indicados valores da ordem dos 40% a 50% (por exemplo, H. Stahl *et al.*, 1982, e M. Rocha-Trindade *et al.*, 1988) e mesmo valores superiores. Segundo R. Amaro (1985, pp. 352-353), a emigração clandestina calculada para a França chegou a atingir dois terços do total da emigração e 80% a 90% da que se dirigiu para aquele país. J. Arroiteia (1981, p. 15) afirma que o número de saídas clandestinas estimadas para a França entre 1960 e 1975 atingiu 558 882 indivíduos (valor de um rigor controverso). Isto significa, para o dito período, um efectivo médio anual de 37 000 pessoas.

¹⁵ A regularização no destino fez-se sem dificuldades de maior até 1973 e nesse processo intervinham não só as redes de entreajuda, como também os falantes de francês e os próprios «patrões» que empregavam os imigrados e lhes «faziam os documentos» (v. A. Villares, 1985, pp. 24-25).

o sancionamento do poder político francês. O mercado da mão-de-obra não qualificada e dócil sorvia milhares de operários e arranjava-se trabalho com facilidade, tão depressa quanto duas horas após a chegada¹⁶. Além do mais, *os portugueses deixavam-se escravizar* e, por isso, *safavam-se bem*, embora, por isso mesmo, suscitassem, às vezes, a animosidade de outros imigrados e franceses, o que ainda hoje se verificará. Com efeito, F. Raveau (1998, p. 158) diz-nos que os portugueses atraem críticas por surgirem como «migrantes-modelo para o patronato».

Pelos anos 60, a economia europeia do pós-guerra, em expansão acelerada, e a economia local, em «crescimento negativo», conjugam-se e ditam a emigração portuguesa. E esta concretiza-se porque há também, por todo o país, a família patriarcal¹⁷, não raro severa, um clima social fechado e senhorial e uma atmosfera política opressiva que alimentava desigualdades gritantes entre os «ricos, remediados e pobres». Em regra, as necessidades básicas e, por conseguinte, as mais modestas aspirações não podiam ser satisfeitas no plano local, nem mesmo regional ou nacional. Salazar queria o país pobre e estava bem inculcada nos espíritos uma frase que foi obrigatoriamente introduzida em 1932 em todos os manuais de leitura: «Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; na nação, o chefe é o governo» (M. Mónica, 1996, pp. 22, 29, 18).

Em Pinela o retrato da época é assim exposto: *nesse tempo estava tudo pelo pescoço... estávamos engasgados, mesmo aflitos...* Os moços aprendizes de sapateiro e as raparigas que trabalhavam diariamente no bordado e na costura, com a costureira da aldeia, tinham por pago o que comiam. Os mais remediados, *os que não precisavam de pedir*, eram credores de centeio, de sapatos e roupas... *a vida estava ruim... não havia dinheiro e as pessoas não conseguiam pagar as roupas e os sapatos que encomendavam*. O negócio do taberneiro local corria mal, pois *era tudo ó fiado...* Era um tempo de *livros da má escrita*, cadernos de apontamentos das dívidas, que acabavam por se perdoar. A vida era particularmente miserável para os sem-terra: *trabalhava à geira mais a mulher, muitas vezes com os quatro filhos às costas e sem nada para comer pois não tínhamos*

¹⁶ M. Poinard (1983, p. 269) faz notar que «em França, até à proibição da imigração, em 1974, qualquer estrangeiro detentor de um contrato sazonal conseguia obter o estatuto de trabalhador permanente se encontrasse um empresário que quisesse contratá-lo dessa maneira e muitos portugueses aproveitaram esta possibilidade para irem a França e legalizarem a sua situação». Adiante (p. 271), o autor refere a oferta de trabalho nas minas de talco de Lussagnet, perto de Aix-les-Thermes, e acrescenta: «A prefeitura de Ariège concedia facilmente a legalização aos emigrantes clandestinos, de tal modo era difícil encontrar mão-de-obra para trabalhar a grandes altitudes.»

¹⁷ Por exemplo, em Vinhais, por meados dos anos 80, era ainda prática vulgar ser o pai a receber, directamente do empreiteiro de construção de estradas, o salário dos filhos trabalhadores que ainda não tivessem ido à tropa.

*terras ... chegámos a ir trabalhar para as minas ...*¹⁸. S. Nobre (1993, p. 55), num estudo realizado em Pinela, concluiu que emigraram os mais pobres, ou seja, aqueles que, provindo de casas privadas de terra e recursos hídricos, tinham, conseqüentemente, «expectativas fundiárias» (por via de herança) limitadas ou nulas, o que não lhes permitia forjar uma estratégia de vida na aldeia. Viam-se, assim, compelidos a partir.

Neste quadro, não espanta que se ouça dizer: *fomos todos a saber dum princípio de vida... p'ra se a gente encontrar melhor*. Como bem expressou E. Lechner (1997, p. 87), referindo-se a emigrantes transmontanos idos para Paris nos anos 60, «o próprio contexto onde o emigrante foi socializado constituiu razão de partida». Um entrevistado diz exactamente isso: *a gente foi mesmo obrigada a ir... isto era uma fome desgraçada... mais o maldito Salazar*. Alguns tinham mesmo de pedir dinheiro emprestado para pagarem a viagem ao passador. De 1960 a 1970¹⁹ eram precisos entre 4 e 8 contos por pessoa para remunerar tal prestador de serviços. Em suma, a partida de Pinela nada tinha de peculiar: inscrevia-se no contexto de miséria e pobreza geral do país e visava essencialmente garantir a sobrevivência económica dos migrantes e suas unidades familiares.

Ao contrário do que sucedia aquando da emigração para o Brasil em meados do século XIX, época em que abalavam crianças e adolescentes (M. Pereira, 1981, pp. 27-28; Brandão, 1993, p. 164), e ao invés do que é hoje mais corrente em Pinela e no resto do país (J. Peixoto, 1993, p. 280), os regressados inquiridos não eram propriamente «jovens» à data da saída. Eram, sim, «homens feitos», adultos capazes de um *trabalho de estoura*: cerca de 62% tinham entre 26 e 35 anos, 21% mais de 35 anos e só 17% entre 21 e 25 anos. Cerca de 75% deles partiram já casados e, entre estes, 70% já tinham filhos. Segundo a informação disponível para 90 casos, os filhos nascidos antes da emigração do(s) pai(s) representam 60% do total, os nascidos durante a emigração ascendem a 36% e após o regresso reduzem-se a 4%. Comparativamente ao presente, os emigrantes de então tinham muitos filhos. Entre os regressados entrevistados que à partida tinham mais de 25 anos, o número médio de filhos era de 3,35.

¹⁸ Segundo E. Leeds (1983, p. 1056), a estrutura salarial foi o estímulo individualizado mais importante da emigração. Nos anos 60 havia um mercado diferencial de salários na indústria entre Portugal e os países da CEE e os salários agrícolas eram ainda menores do que os industriais.

¹⁹ Os valores colectados em Pinela, em contos, foram os seguintes: 1962, 6; 1963, 4; 1964, 8,5; 1965, 8; 1970, 8. Para Montalegre, em 1962 e 1964, A. Villares (1985, pp. 28-29) apresenta, respectivamente, 9 e 10 contos. Aquele primeiro valor foi pago por dois indivíduos, cujos salários mensais rondavam, respectivamente, 1250\$00 (carpinteiro) e 600\$00. Segundo um destes emigrantes, ele poderia comprar uma casa de pedra com o montante pago ao passador. O informante emigrado em 1964 ganhava então cerca de 500\$00 por mês, como apontador de pessoal numa empresa de construção civil. K. Wall (1982, p. 13), para dois casos do Minho, indica valores entre 5 e 15 contos (o equivalente a vários meses de salário). C. Silva (1998, p. 292), igualmente para dois casos do Minho (Aguiar e Lindoso), indica valores entre 5 e 20 contos.

Muito poucos partiram simultaneamente com as mulheres: só 3 num total de 21 casados. Nenhum partiu com a mulher e os filhos. Estes dados, que traduzem o padrão habitual da emigração individual masculina seguida da reunião familiar, explicam-se por razões gerais, conhecidas: necessidade de adaptação e inserção na nova sociedade, obtenção de estabilidade ocupacional e salarial, bem como de alojamento para a família e redução de despesas.

Tenha-se presente, porém, que a migração de mulheres solteiras não era, obviamente, desconhecida em Pinela. Por exemplo, Ana, antes de partir para França com o marido um mês após o casamento, tinha deixado a aldeia com 16 anos para ir servir em casas particulares em Bragança. Maria, igualmente, antes de emigrar para França, onde limpou escritórios durante três anos e foi operária numa fábrica mais dezasseis anos, trabalhou durante catorze anos em Lisboa. Aqui serviu como criada doméstica. Foi, assim, «migrante» ao longo de trinta e três anos, metade dos quais solteira. Marília, por sua vez, esteve cinco anos em França, ocupada com limpezas e crianças à sua guarda, tendo regressado a Pinela ainda solteira.

Em suma, homens e mulheres, solteiros e casados, adultos e jovens, agricultores «a tempo pleno» ou «parcial», todos eles partiram de Pinela procurando em França trabalho e salários que perspectivassem um futuro mais digno e seguro. Tal fazendo, contribuíram para o processo de integração europeia antes mesmo de Portugal ingressar na CEE.

APÓS O SALTO, CADA EMIGRANTE ACHAVA PINELA E PORTUGAL EM PARIS

À chegada, a larga maioria dos emigrantes não se achava só. Como afirma M. Leandro (1993, p. 351), «os primeiros que chegavam constituíam, para os outros que se lhes seguiam, *um ancoradouro*²⁰ onde eles encontravam segurança, ajuda e orientação nos primeiros contactos com a nova sociedade»²¹. Assim foi também com os que partiram de Pinela. Cerca de metade dos inquiridos receberam apoio de familiares próximos (pai, irmãos, cunhados, cunhadas, tios) e pelo menos um terço foi acolhido por conhe-

²⁰ Itálico nosso.

²¹ Embora «a exceção confirme a regra», importa lembrar que durante o longo trajecto emigratório (preparação da partida, saída, viagem Portugal-Espanha-França, chegada, transbordo/localização do destino e acolhimento) e na fase de instalação os emigrantes, muito vulneráveis, eram por vezes enganados. Em A. Villares (1985, p. 24) lê-se um caso dito em verso por Manuel Alves Cascais:

O carro grande fugiu/Deixou os prisioneiros/
Havia à nossa volta/Uns vinte carros ligeiros.
Eu mostrei-lhes a direcção/Dos rapazes do Justino/
Queriam três contos de réis/Para nos levar ao destino.

cidos, sobretudo contrerrâneos. Mais tarde, já instalados no novo país, grande parte dos entrevistados, por sua vez, reproduziu o mesmo comportamento, *chamando irmãos e deitando a mão* a familiares e vizinhos recém-chegados. Com esta emigração em cadeia, onde os elos eram de parentesco, amizade, conhecimento e ou pertença territorial, se trasladava e recriava, em certo sentido, o contexto sócio-local da aldeia.

Cada emigrante achava Pinela em Paris. Uma vez aqui, surgia a família, a aldeia e até mesmo o próprio país. No local de chegada avolumava-se o sentimento de pertença a Portugal. A. Cordeiro (1993, p. 364), praticamente um observador-participante em Paris, refere o seguinte: «O imperativo da adaptação e da inserção, a intensa circulação de informação, vão forjar uma identidade colectiva, que se baseia numa consciência adquirida (via essas trocas) que — como se diria hoje — estamos todos ‘no mesmo barco’. Isto exprimia-se por frases muitas vezes ouvidas ‘você é do Norte, nós somos do Sul, mas aqui somos todos portugueses²².»

O auxílio em terra estranha não era de somenos e assumia formas diversas. De entre as mais comuns contavam-se os préstimos de alojamento e alimentação na fase da instalação, ajuda na procura e obtenção de trabalho, empréstimo de dinheiro para as formalidades administrativas iniciais. Todavia, antes de tudo isto, que era muito, sobressaem os idiomas, tanto o português como o francês. A. Cordeiro (1993, p. 364), com propriedade, nota que «para todo o português, um ‘outro português’ é potencialmente um ‘comunicante’, e um comunicante precioso. A sua história pessoal, os relatos da sua experiência, dos dissabores e sucessos que ele pode contar acerca de outros

Eu disse que não pagava/Que não tinha fiador/
Quem havia de pagar/Era o nosso passador.
A resposta dos patifes/Com cara de fraca lua/
Se não quiserem pagar/Vão ficar aqui na rua.
Por andar cinco quilómetros/Que não deviam ser seis/
Aí tivemos que lhe dar/Os três, um conto de réis.
Nem nos levou ao destino/E pareciam ser franceses/
Quando depois nós soubemos/Que eles eram portugueses.
Não bastou o que passámos/Isso causa confusão/
Por fim ainda fomos dar/Com um português ladrão.
Não teve pena de nós/Esse dito caloteiro/
Levou-me tudo quanto tinha/E o resto do dinheiro.

C. Silva (1998, p. 286), com base em dados colhidos em duas localidades do Minho, assinala que, em certas franjas do mercado de trabalho, por vezes, os recém-chegados eram explorados paternalisticamente.

²² Segundo R. Villanova (1988, p. 975), no espaço residencial, os laços de sociabilidade e entajada passavam obrigatoriamente pelas relações de parentesco, antes das relações étnicas ou de pertença a uma mesma aldeia. Deste modo frequentava-se mais a parentela, mesmo dispersa, do que a comunidade étnica da vizinhança próxima. A categoria étnica tinha efectivamente pouco significado para todos os que não pertenciam à rede associativa portuguesa em França, a qual não tinha força de atracção senão numa vizinhança próxima.

portugueses, são uma fonte vital de informações para ele próprio se poder orientar num meio que lhe surge opaco.» Obviamente, para um recém-chegado não falante de francês, ter o serviço de tradução de um compatriota bilingue era muito valioso.

Importa deixar claro que as redes de «solidariedade» a que acima aludimos²³ eram sobretudo de natureza utilitária, imediata e baseadas na noção de interdependência recíproca, a qual é sempre avivada fora de casa. Baseavam-se elas numa certa inquietude e num sentimento de vulnerabilidade, aliás detectáveis em expressões como «nunca se sabe o que nos pode acontecer em terra estrangeira» e «nos momentos difíceis temos necessidade de todos» (M. Leandro, 1993, p. 351). Os gestos de boa vontade e solidariedade não tinham propriamente cariz sentimental ou altruísta, mesmo entre parentes. Essas redes e actos prolongavam o modelo cultural das relações de interdependência material e simbólica vigentes no meio rural. O que estava em causa não era tanto o «espírito» de entreajuda, mas sim a «matéria» (J. Portela, 1986, pp. 48 e 65-68). As redes também não visavam o convívio social, o companheirismo, o recreio ou o lazer. Redes de simples e pura «sociabilidade» reclamariam uma perspectiva da imigração (sobretudo novas relações família-trabalho) e do tempo «livre» que não havia, nem podia haver, então²⁴.

Em qualquer caso, são essas redes de acolhimento, plenas de «solidariedade mecânica», que explicam em grande medida a concentração dos locais de destino da emigração, quer no que respeita ao país de chegada, quer mesmo relativamente ao destino em França. Com efeito, os emigrantes de Pinela distribuíram-se por dois pólos, Metz e Paris. Nesta última área metropolitana viveram e trabalharam quatro quintos dos inquiridos. As redes de parentes e conterrâneos são ainda de grande eficácia quanto ao acesso às próprias ocupações principais e complementares. Os intervenientes não só prestam informação pertinente e oportuna, como servem de mediadores na transferência da confiança indispensável à contratação de trabalhadores desconhecidos. No caso estudado, os serviços camarários e uma fábrica da Citroen surgem como empregadores destacados.

O cariz social local da emigração é traço geral. M. Poinard (1983, p. 279) fala de cadeias de êxodo e acrescenta: «A cada freguesia portuguesa corresponde uma cidade, um subúrbio francês, suíço ou alemão, no qual os emigrantes se instalam preferencialmente, de tal modo que as aldeias têm mais ou

²³ Muitos autores têm assinalado o significado simbólico e a instrumentalidade das redes de interconhecimento e solidariedade, por exemplo, M. Rocha-Trindade (1976, p. 1986), P. Goldey (1982) e C. Silva (1998).

²⁴ Segundo M. Leandro (1993, p. 353), as associações portuguesas em França emergiram sobretudo a partir de 1974. Passaram de 23 em 1970 a 371 em 1976 e 845 em Outubro de 1983, das quais 316 na região parisiense. Segundo A. Cordeiro (1993, p. 365), é a partir da abundância das redes informais de interajuda entre portugueses que vai nascer o maior movimento associativo de «comunidades» jamais conhecido na história da imigração em França.

menos êxito na emigração conforme o grau de desenvolvimento do ‘ponto de aterragem’ no estrangeiro e que é colectivamente que se tira partido de uma melhor localização, reemigrando para regiões de salários mais altos.» A eficácia de tais redes persiste ainda hoje, o que leva J. Peixoto (1993, p. 291) a afirmar que elas «não devem ser descuradas numa análise genérica das causas da emigração portuguesa recente». Efectivamente, como fazem notar M. Baganha *et al.* (1996, p. 237), a emigração verificada na década de 80 para a Suíça (13 000 e 100 000 portugueses residentes, respectivamente, em 1981 e 1991) também reclamou o estabelecimento de redes de amigos e familiares.

BARRACAS, LEIRÕES E PRIMEIRO TRABALHO EM FRANÇA

Após as incomodidades, ansiedades e sobressaltos da aventura, a qual chegou a durar dezoito dias entre Pinela e Paris²⁵, o acolhimento por parte de familiares e ou conterrâneos era um aconchego maior. Seguiu-se logo a surpresa e o desconforto total do migrante ao confrontar-se com os locais e condições de abrigo daqueles, não raro um abarracamento junto de obras de construção civil. Praticamente todos os inquiridos de Pinela começaram por ter condições de alojamento sub-humanas: *quando fomos para lá a vida era durinha, era só barracas*. E nestas a promiscuidade era avantajada. Partilhavam-na homens, primeiro, mulheres e crianças, depois, percevejos e *leirões*, sempre. Uma barraquinha, que alojava um casal e quatro filhos, foi comprada em 1966 por 800 francos. Vendeu-a um algarvio. Alguns dos proprietários das ditas barracas eram passadores. Como diz M. Binet (1998, p. 135), os portugueses alojavam-se nos «interstícios da estrutura urbana», os quais eram geridos segundo os esquemas étnicos dominantes. Isto mesmo explicaria as resistências face a projectos de realojamento que ignoravam as redes de relações anteriores.

Nalguns casos, após a chegada da mulher do emigrante, a barraca passava a barraquinha *muito própria* (*très propre*, ou seja muito limpa, arranjada). Mas mesmo barraquinhas muito próprias foram, mais tarde, demolidas pelas autoridades e alguns tiveram de acatar, a contragosto, o realojamento imposto. Viver num quarto, numa pensão ou casa de família, numas águas-furtadas ou numa pequena casa degradada do centro urbano era já um avanço, comparativamente à situação de chegada, mas passo maior ainda era viver na *casa duma patroa*. Entre os imigrados era comum a casa ser *ruim e muito pequena*, mas, para quem tivesse filhos, um apartamento em bairro

²⁵ C. Silva (1998, p. 292) faz notar que a cada potencial candidato à fuga era exigido «um espírito espartano». Isto «para aguentar as dificuldades e incertezas do *salto* no desconhecido com uma viagem atribulada: a pé, de carro, de comboio e/ou, em regra, de camião». M. Pereira (1981, p. 21), muito justamente, afirma: «Comparada com a travessia ilegal do Atlântico, a transposição dos Pirenéus nos nossos dias é uma pequena aventura.»

de habitação social podia ser uma solução satisfatória. Ser porteiro de prédio de habitação, com as inerentes tarefas de distribuição interna de correio, recolha de lixo e lavagem de escadas, era ocupação que se desejava alcançar, pois, em contrapartida, havia acesso à respectiva residência. A uma filha de um dos casais regressados a Pinela foi passada a ocupação e a casa de porteira. Esta transacção foi deveras apreciada por todos os intervenientes, como se de uma herança choruda se tratasse.

Mais do que salários elevados, a França dos primeiros anos oferecia trabalho remunerado, precisamente o que faltava em Pinela, em Trás-os-Montes e mesmo em Portugal. Os emigrantes de «primeira geração» europeia de Pinela, sobretudo enquanto permaneceram em situação ilegal, não se espantaram muito com as condições de trabalho oferecidas. Por exemplo, o trabalho em turnos nocturnos estava amiúde reservado aos imigrados, sobretudo aos recém-chegados. Também não era uma verdadeira surpresa o valor dos salários. Para um trabalho agrícola, que era mais duro do que o experimentado na aldeia, um migrante assalariado recebeu 1250\$00 por mês, com alimentação, durante oito meses, em 1960. Logo a seguir, na construção civil, recebia 5 contos mensais, trabalhando onze horas diariamente. Mais tarde, já em Paris e ainda na construção civil, alcançava 6 a 7 contos mensais. Um outro, entre 1960 e 1963, ganhou numa siderurgia 2500\$00 mensais. É certo, porém, que o tipo e as condições de trabalho melhoravam com a legalização da situação de imigração. Qualquer trabalhador *sem papéis* estava mais vulnerável a piores remunerações. Segundo S. Lopes (1998, p. 63), os sonhos dos emigrantes geravam vontade de poupança, a qual, por sua vez, era acompanhada «dum discurso do trabalho como dever, ou mesmo como destino».

Os emigrantes de Pinela partiam desarmados para enfrentarem um mundo em que quase nada lhes era familiar. As barreiras iniciais de compreensão dos espaços, ritmos e falas e as dificuldades em comunicarem, um mínimo que fosse, não devem ser subestimadas, tal como o engenho e a arte de bem se adaptarem a qualquer situação. Os gestos eram recurso de eficácia limitada, mas indispensável²⁶.

²⁶ Um episódio vivido por um lavrador emigrante de Solveira (Montalegre) serve bem para nos aproximarmos um pouco do «terreno» (e da tensão) da comunicação gestual no quadro das relações de trabalho dessa era: «Cheguei a França, fui trabalhar para as obras em que o patrão era francês e pôs-me a trabalhar junto a dois argelinos. Entregou-nos uma machada a cada um. Depois o argelino partiu a dele e queria a minha. Eu, como não sabia falar, achei melhor ir ter com o patrão e propus-lhe o caso através de gestos. Ele mandou-nos aos dois para um alicerce de um prédio com 6 metros de fundura em que o nosso trabalho era o seguinte: tínhamos que lançar a terra para cima do solo mas o argelino andava sempre a picar comigo e eu tomei a falar com o patrão. Colocou-o a ele no buraco a lançar a terra cá para cima e eu no solo a desviá-la para o lado» (A. Villares, 1985, p. 48).

As dificuldades de comunicação não se limitaram ao período inicial, embora tivessem decrescido um pouco com o tempo. Ao contrário do que poderia supor-se, tendo em conta uma estada longa, a maioria dos emigrantes de Pinela não se tornaram falantes fluentes de francês. É certo que entre os entrevistados há um gradiente quanto ao domínio da língua francesa, mas as aquisições foram, em regra, muito limitadas. Num pólo achámos só dois migrantes que se avaliam como falantes capazes — «*desembruho-me bem*» (*je me débrouille bien*, ou seja, desembaraço-me bem), *não tenho problemas*, diria um deles, o qual, aliás, obteve a carta de condução em Paris; no outro pólo achámos outros migrantes que se acham incapazes: *falo como uma vaca espanhola... eu e a mulher nunca tivemos facilidade em falar francês, entendíamos pouco do que nos diziam ...* A grande maioria, porém, entendia o suficiente para realizar o trabalho esperado. Assim sendo, não é surpresa que a melhoria das condições de trabalho e de salário alcançada no país de acolhimento não se tenha ficado a dever à elevação das capacidades linguísticas e, por maioria de razão, ao acréscimo de instrução e qualificação profissional formal²⁷. As melhorias surgem, sim, associadas à mobilidade geográfica e à acção de amigos e conhecidos portugueses. Em casa, na França, falava-se naturalmente português e os imigrantes que tinham filhos a viver consigo faziam esforços para que eles aprendessem o português, pelo menos até à entrada no ensino secundário (A. Cordeiro, 1993, pp. 368-369).

À guisa de conclusão parcial, diremos que os emigrantes de Pinela, logo à chegada, rapidamente puderam concluir que nem trabalhar nem morar em França era coisa fácil. Tal como não era fácil a comunicação em língua estranha. A falta de domínio desta, que se manteve ao longo da estada, impediu, por um lado, a inserção forte da família migrante na sociedade francesa²⁸ e, por outro lado, assegurou a emergência de um «grupo étnico». Este acha-se em «um ambiente, se não inóspito, pelo menos indiferente à presença dos portugueses fora do mundo do trabalho, porque considerados ‘bem integrados’ e ‘uma imigração sem problemas’» (M. Leandro, 1993, p. 354). Como um dos entrevistados rematou, fazendo um balanço ao tempo de imigração, *a França não é bonita como a gente julga*.

²⁷ Esta questão do impacte limitado da emigração no plano da educação e formação (profissional) formal dos adultos é abordada em vários trabalhos. Destacamos aqui M. Silva (1988, p. 121), que nos indica que «apenas 4,5% dos retornados inquiridos declararam ter frequentado no estrangeiro alguns cursos de formação profissional e 6,4% disseram que tinham seguido um curso de ensino de língua estrangeira».

²⁸ Como se verá adiante, a integração na sociedade francesa é sentida e vivida de modo distinto por homens e mulheres imigrantes. Por razões ligadas à vivência e trabalho doméstico em casas de franceses e, por vezes, ao trabalho de guarda dos filhos destes, as mulheres imigrantes vêem facilitada a interacção social, o estabelecimento da confiança e a aprendizagem da língua estrangeira.

OS AGRICULTORES DE ORIGEM PASSAM A TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL, OU OPERÁRIOS, E BUSCAM SEMPRE OUTRAS OCUPAÇÕES

Em regra, à data da emigração, os entrevistados dependiam muito agudamente da terra e do trabalho agrícola assalariado e, por isso mesmo, um deles autodesignou-se *agricultor de origem*. Com efeito, entre 28 deles, só 8 tinham terras próprias e viviam exclusivamente da agricultura. Os restantes, ou não tinham terra, dependendo totalmente de pais e ou sogros, ou destes e de *geiras*, ou, tendo terra, eram «pluriactivos», recorrendo a outras actividades para garantirem a sobrevivência, ou tão-só uma vida remediada e pobre. São então um rol variado de regressados que à data da emigração eram mineiros, operários na construção civil e *criados de servir*. Entre eles conta-se ainda o taberneiro, o comerciante de gado, o carpinteiro e o sapateiro da aldeia de então²⁹.

No quadro da sociedade rural, não é de mais insistir no peso da escassez e da pobreza dos recursos fundiários como condição estimuladora da migração. Como mostra S. Nobre (1993, pp. 54-56), precisamente para o caso de Pinela, entre as 48 casas em que se observou a emigração dos filhos, a média da propriedade fundiária era de 8 ha, enquanto nas restantes 14 casas (sem filhos migrantes) o valor daquele indicador subia a 16 ha.

Em resumo, seguramente para mais de dois terços dos inquiridos a terra não surgiria como uma prisão, uma força de retenção em Pinela, um obstáculo maior à partida para terra desconhecida. Para qualquer deles não era nenhuma novidade depender sobretudo da força dos braços e do vigor da comunicação oral e gestual. Eis certezas que poderiam levar consigo para um universo de mudança pleno de incerteza: não um território pequenininho, mas um país imenso, nunca antes percorrido; a cidade, grande, buliçosa e cosmopolita, onde nunca se fizera vida; o francês, uma língua surda-muda; uma administração com circuitos opacos e sem gente capaz de entender a informalidade da «cunha» portuguesa; novos patrões e primeiros «colegas» de trabalho; a troca do trabalho no campo, do uso do arado e carro de bois por espaços confinados, instrumentos e máquinas poderosas.

Trabalhar muito e poupar muito eram não só valores louvados e inculcados pelo Estado Novo, como práticas a que se via forçada a população rural em Portugal. Os imigrantes davam continuidade a essa cultura doméstica e nacional e, à data e no exterior, muito mais justificadamente, pois *ganhava-se mais em França numa semana do que em Pinela em meio ano... na aldeia não se ganhava nada...*

²⁹ Em dois casos estudados no Minho, C. Silva (1998, p. 288) evidencia que, «na última leva emigratória para a Europa, as saídas, embora abrangendo e arrastando membros de diversas categorias sociais, tiveram maior incidência em grupos menos providos de recursos fundiários».

Trabalhar bem, ou seja, de modo consciencioso e afincadamente, amearhar sempre ao máximo e, se possível, depressa, eram normas orientadoras do viver dos imigrantes. Viver discretamente e evitar conflitos, em particular com os franceses (A. Cordeiro, 1993, p. 362), eram igualmente imperativos. F. Raveau (1998, pp. 151–152 e 158) fala-nos de uma «migração silenciosa, invisível» e da «ausência de crises» no seio da população portuguesa imigrada, fazendo notar os traços da sua singularidade em França. Por exemplo, taxas de desemprego e de delinquência geral inferiores às taxas médias francesas, das menores taxas de violência contra pessoas e indiferença face aos conflitos políticos.

O *juntar dinheiro* comandava igualmente o quotidiano³⁰ e, neste contexto, os imigrados estavam sempre predispostos a trabalhar horas extraordinárias e a achar melhores patrões algures. A miséria, a privação e a necessidade na terra natal já lhes haviam aguçado o engenho e a arte e, antes disso, a atenção. Assim, pouco mais de metade dos homens inquiridos exerceram uma única actividade principal durante o período de emigração, enquanto os restantes trabalharam em duas ou mesmo mais actividades principais. Entre estas destacam-se claramente a construção civil e o trabalho fabril³¹. Tarefas mais ligeiras, tais como fazer limpezas e jardinagem, vender bilhetes de autocarro e vigiar portarias eram biscates adicionais a que se deitava igualmente a mão. Embora mais raramente, alguns podiam ainda comprometer-se com serviços mais duros, por exemplo, fazer cargas e descargas. Não raro tais trabalhos eram bem remunerados. Um inquirido, ex-jardineiro nas horas vagas, recordou: *aquelas velhas francesas pagavam bem*.

A atenção constante às novas oportunidades compreende-se tendo em conta que os trabalhos realizados pelos imigrantes se revestiam amiúde de muita dureza e pouco prestígio social. Os relatos directos não deixam dúvidas: *era melhor estar na prisão, estaria mais descansadinho... as mãos re-bentavam-me de tanto trabalhar... os emigrantes compravam o pão branco mas comiam-no preto...* Acrescentemos que emigrantes de Pinela houve que desempenharam como actividade principal as tarefas de auxiliar de serviços

³⁰ Esta afirmação pode ser relacionada com a relação salários/remessas. Segundo R. Amaro (1985, p. 355), 71% dos emigrantes regressados inquiridos (total = 692) declararam enviar *metade ou mais* do seu salário para Portugal; 24% afirmaram transferir as suas poupanças a um ritmo mensal e 33% várias vezes ao ano. Para tanto, os imigrantes impunham a si próprios privações extremas. C. Almeida *et al.* (1976, p. 55) citam um relato significativo, colhido junto de um imigrante português em Paris em 1964-1965: «Mais vale vivermos mal, comeremos muitas batatas e pouca carne, não irmos ao café, cozinhamos nós próprios, fazemos as compras no mercado, lavarmos a roupa, não saímos aos domingos e ficamos no *bidonville*, pois se viemos para cá foi com a intenção de fazermos economias» (cit. in *Hommes et migrations*, n.º 105, Paris, p. 135).

³¹ M. Leandro (1993, p. 361) fornece dados estatísticos franceses segundo os quais em 1982, um em cada dois elementos da população portuguesa activa masculina trabalhava no ramo da construção civil.

funerários — *um trabalho muito triste* —, ajudante de motorista, empregado de serviços de limpeza e varredor de ruas.

Em síntese, os emigrantes de Pinela vivem objectiva e subjectivamente não só uma ruptura sócio-geográfica, mas também uma ruptura ocupacional. Os seus novos quadros de trabalho nada têm a ver com os espaços, sons e cheiros da aldeia.

APÓS A REUNIÃO FAMILIAR, AS MULHERES IMIGRANTES SÃO MAIS ESPOSAS, DOMÉSTICAS E TRABALHADORAS ASSALARIADAS DO QUE MÃES

O funcionamento das redes de solidariedade, a que já aludimos, revelava-se sobretudo à chegada e enquanto o imigrante não *estava feito* ao país³². Embora eventos inesperados (doença, acidente, falecimento, etc.) reactivassem gestos de simpatia e apoio, as redes não eram, em regra, instrumentais para o viver quotidiano. Assim, após a instalação do migrante e à medida que os dias passavam, irrompia o anonimato, a condição de estrangeiro, a de celibatário forçado e até o aborrecimento de responder às precisões pessoais e domésticas. Sem as esposas, os homens viam-se outros, fazendo o que antes era coisa das mulheres³³. E, como refere P. Lopes (1995, p. 101), «o homem português não estava nem preparado nem predisposto» para toda uma série de funções domésticas, «o que provocou nele uma profunda ruptura social e afectiva, levando-o frequentemente a percorrer os caminhos que fragilizavam a base do laço conjugal já existente».

Além desse peso, pesava o cansaço da picareta, da pá, do *montar ferro* ou *traçar*, o isolamento da família, a solidão e a dúvida funda quanto à

³² P. Monteiro (1993, p. 325) refere o mesmo com relação à emigração para os Estados Unidos da América.

³³ A. Villares (1985, pp. 25-26) dá-nos um relato em voz directa, registado em França por um emigrante (Manuel Alves Cascais) de Montalegre, saído em 1962:

Tenho que fazer a cama/Na minha casa nunca a fiz/
Quando for à minha terra/Já a mulher é mais feliz.
Já sei fazer a cama/E faço de cozinheiro/
Quando quero fazer arroz/Fica um caldo ligeiro.
Anda-me tudo às avessas/É de cozinheiros bons/
Quando quero fazer caldo/Então aparece arroz.
Isto ainda vamos indo/É coisa que é precisa/
Tenho que coser as calças/E que lavar a camisa.
Quando chega o domingo/Mas eu com pouca alegria/
Aqui na nossa barraca/É uma alfaiataria.
É uns a pregar botões/Fazem barulho tremendo/
Eu deixo já esta merda/Não sei botar um remendo.
Quando vamos lavar/Até lavamos sem sabão/
A roupa vai parece um corvo/E vem parece um carvão.

opção tomada³⁴. Assim, muitos imigrantes concluíram que *em França um homem só não dá*. Não surpreende, pois, que a maioria dos homens portugueses casados rapidamente tenha procedido ao reagrupamento familiar (M. Poinard, 1983, p. 273; M. Leandro, 1995, p. 123)³⁵. Mas, se isto é igualmente certo para os emigrantes de Pinela, não menos verdadeiro é o conjunto de constrangimentos que limitavam a reunião da família. Assim, ela nunca se deu em três casos e noutras quatro só se verificou ao fim de cinco, seis, sete e dez anos. Nestas duas situações, ambos os emigrantes eram muito pobres em Pinela (pequenos agricultores-jornaleiros), possuíam um número elevado de filhos (seis cada um) e os seus salários em França eram baixos. Num outro extremo achámos três casos, já que os cônjuges praticamente emigraram na mesma ocasião. Estes dados corroboram duas regras gerais indicadas por M. Poinard (1983, p. 273): «Quanto mais jovens são os cônjuges, mais rápido é o reagrupamento; quanto mais numerosa é a família, maior é a tendência para o emigrante ficar sozinho no estrangeiro.»

Relativamente a Pinela, S. Nobre (1993, pp. 66-69) mostrou igualmente que a não reunião familiar correspondia, em regra, à situação de emigrantes que deixavam na aldeia uma casa e uma exploração agrícola activa, reclamando esta a presença da mulher, pelo menos. Nestas circunstâncias, os tempos de estada no estrangeiro eram de menor duração: em média, sete anos, contra os doze verificados nos casos em que ocorreu o reagrupamento familiar mínimo, isto é, pelo menos, o dos cônjuges.

Como referimos, entre 21 emigrantes casados, só 3 permaneceram separados das esposas durante o período de imigração. Para dois destes emigrantes, a partida foi, pelo menos aparentemente, mais *por arrastamento* do que por premência aguda, tal como ocorreu noutras locais (M. Guerreiro, 1981, p. 155)³⁶. Um era carpinteiro-agricultor, cioso da autonomia do seu ofício — *não tinha quem mandasse em mim* —, e o outro era comerciante de gado-agricultor. Ambos queriam *ganhar mais dinheiro*. A permanência de qualquer deles em França foi curta, cerca de cinco anos, e os casais em causa tinham terras próprias, que as mulheres continuaram a cultivar, a par da criação dos filhos. Mesmo com toda a reorganização da vida doméstica e

³⁴ Segundo A. Villares (1985, pp. 26-27), o mesmo emigrante do Barroso versejava assim a sua dúvida:

Eu se sei o que passava/Que tinha tantos sarilhos/
Eu nem deixava a mulher/Nem os meus queridos filhos.
Vim para aqui degradado/Sem eu ser um assassino/
O Senhor é quem determina/Ou seria o meu destino.

³⁵ M. Poinard (1983, p. 273) afirma: «Mais de 60% dos que foram para França chamaram a família para junto deles.»

³⁶ M. Viegas Guerreiro, referindo-se a Pitões das Júnias, diz que «até homens que vivem com 'desafogo' não resistem à tentação dos francos e dos marcos» (itálico nosso).

económica que se impôs, a lida destas mulheres não foi nada fácil. Como reconheceu um deles, *deixei muito trabalho nas costas dela*. O papel basilar das mulheres casadas que ficaram «na retaguarda da emigração» tem sido destacado por vários autores, designadamente M. Ribeiro (1997, pp. 154-175), referindo-se ao Barroso.

A reunião familiar foi amiúde incompleta, mínima, já que um ou mais filhos permaneciam na aldeia a cargo de familiares próximos (avós ou tios), ou até mesmo vizinhos chegados. Por exemplo, os padrinhos da mãe. Neste último caso pagavam-se as canseiras e cuidados de criar e educar as crianças. Uma das inquiridas pôs a sua visão da questão nestes termos: *vi muita miséria entre emigrantes que levaram os filhos para a França, por isso nunca quis levar os meus para junto de mim*. Com efeito, os dados colectados sugerem que os imigrantes que tiveram todos os filhos, ou a maioria deles, junto de si não conseguiam amealhar. Relativamente a um desses casais, com seis filhos em França, a imigração é resumida, nos seus próprios termos, assim: *ganhava-se, ao menos, para andar limpo e comido... mas era um estar por estar*.

Os avós (sobretudo os avós maternos, e principalmente a avó) voltavam ao papel de educadores das crianças, num caso ou outro recém-nascidas. Papel esse que foi seguramente da maior relevância para o êxito da imigração: não só se eliminavam, ou reduziam, questões burocráticas relativas aos filhos (ainda por cima em país estrangeiro) e sobretudo despesas com a educação, como ainda se libertava a mãe para ser «proletária». Mas, com o avançar da idade de todos, os adolescentes tornavam-se um problema, a reclamar a presença e a atenção dos pais, ou na aldeia, ou em França. Só num único caso a reunião familiar resultou numa unidade com três gerações. A avó materna que cuidava da neta em Pinela também partiu com esta para França.

A presença das esposas junto dos emigrantes, particularmente aquelas sem o encargo de criar e educar os filhos num país estrangeiro³⁷, servia, portanto, a finalidade de se expandirem as receitas, as poupanças e as remessas. Como refere M. Rocha-Trindade (1983, p. 94), «o reagrupamento familiar era mais destinado a multiplicar as oportunidades de remuneração/poupança do que devido a uma intenção de transplantar a família para outro país, com carácter definitivo». A. Cordeiro (1993, p. 364) corrobora o exposto: «As mulheres trazem um segundo salário. É a designada estratégia do ‘segundo salário’, amplamente espalhada. Uma estratégia com o fim de poupar o mais possível, o mais rapidamente possível, construir uma casa e... regressar.»

³⁷ Segundo A. Cordeiro (1993, p. 364), a existência de mães trabalhadoras com filhos com pouca idade «vai impor o estabelecimento de uma enorme organização informal de entreajuda entre elas (trocas de serviços de guarda de crianças, realização de compras e favores a umas e outras, etc.)».

A ideia de que as mulheres emigrantes de Pinela são mais esposas, domésticas e trabalhadoras assalariadas do que mães é reforçada pelos dados disponíveis relativos aos nascimentos ocorridos entre os casais objecto de inquirição: para um total de 90 nascimentos sobre os quais há informação precisa, apenas cerca de 27% deles ocorreram em França. Reforça o exposto o facto de algumas das crianças aqui nascidas terem sido mandadas para junto dos avós, que viviam em Pinela.

As mulheres buscam trabalho a tempo pleno ou parcial, fora ou dentro da própria casa, entrando no mercado de trabalho, não raro no de tipo informal. Durante a imigração, porém, as mulheres mostram menor mobilidade ocupacional do que os homens: 21 em 25 realizaram sempre a mesma actividade principal, a qual, em 80% dos casos, consistiu essencialmente em limpezas. A esta tarefa-padrão nem mesmo escapou a esposa que menos tempo permaneceu em França, cinco meses. A estratégia feminina era dupla, na esfera privada e pública, compatibilizando os horários respectivos. Prestavam serviços, por um lado, a casas familiares de franceses e, por outro lado, a estabelecimentos vários: escritórios, clínicas, cantinas, restaurantes e hotéis. Num caso ou outro, estes serviços eram prestados com a ajuda do próprio marido, no final do seu dia de trabalho. Colhemos relatos de jornadas de deslocações e trabalho de 17 horas diárias. As actividades complementares para as mulheres consistiam em serviços domésticos de guarda de crianças, vigilância de portaria³⁸ e costura.

Resumindo, mulheres e homens de Pinela em França concentram as suas forças, energias, saberes, capacidades e relações sociais com o fim de pouparem intensivamente³⁹. À data, e ao contrário de hoje, o regresso à aldeia para viver numa casa nova devida à emigração constituía o êxito maior. Para M. Trigo (1981, p. 221) «é em função de um projecto de retorno que a mulher emigrante decide quase sempre deixar os filhos em Portugal (estratégia familiar); que, em França, frequentes vezes se entrega a um duplo trabalho, utilizando os dias e horas de descanso (estratégia de dupla jornada de trabalho); ou ainda que decide reduzir ao mínimo as despesas de alojamento, alimentação e outras (estratégia de economia). Frequentes vezes são postas em prática as três estratégias.»

Actualmente, esse projecto de sucesso social e económico converteu-se «num 'outro projecto', que passa pela promoção social no destino» (C. Almeida, cit. por J. Peixoto, 1993). No mesmo sentido, M. Leandro (1993,

³⁸ Segundo M. Poinard (1983, p. 275), entre os emigrantes que voltam de França em 1976, «os que tiveram mais sucesso e, ao que parece, juntaram mais dinheiro são aqueles cuja mulher conseguiu um lugar de porteira, com o alojamento gratuito e a possibilidade de trabalho como mulher a dias, e o casal pôde conseguir um complemento financeiro apreciável».

³⁹ Importa fazer notar aqui o comportamento diverso dos operários de Lisboa que emigraram. Segundo M. Poinard (1983, p. 267), estes emigrantes não estavam dispostos «a aceitar a poupança de formiga e as privações que uma estratégia de acumulação implica.

p. 355) afirma: «Verifica-se hoje que, à medida que eles [os projectos de melhoria de nível de vida] se vão realizando, *os portugueses investem menos no económico pelo económico* e dão mais importância às relações sociais tanto dentro como fora do grupo étnico⁴⁰.» J. Branco (1998, p. 127), por sua vez, dá-nos conta de que, para os portugueses que vivem em França, a década de 80 é uma charneira no processo da sua integração: os filhos orientam-se para ciclos de estudos mais longos e observa-se uma efectiva mobilidade sócio-profissional ascendente. Por último, F. Raveau (1998, p. 157) refere que a partir do final dos anos 80 se observa um abrandamento notório das transferências de remessas, verificando-se a aplicação de poupanças em construções em França.

REGRESSOS A PINELA: DA FESTA DO PADROEIRO ÀS CASAS «SAÍDAS DO CORPO»

Aquando da emigração para o Brasil, o regresso à aldeia era compreensivelmente visto como muito incerto. Para além das razões, reais e imaginadas, relacionadas com as distâncias a percorrer, os perigos das viagens e as doenças tropicais, todos sabiam que poucos regressavam, mais que não fosse, para casar na freguesia; que alguns eram dados como mortos e que muitos estavam em paradeiro incerto, ou deles constava que teriam morrido, ou deles não havia notícias havia tempo (M. Brandão, 1993, p. 171). Como comentou um dos entrevistados, um dos primeiros a sair para França, *quem partia para o Brasil despedia-se da família e dizia «até ao juízo final»*. Com efeito, em Pinela não há quaisquer sinais exteriores de quem tenha cumprido a «ambição de voltar rico à pátria»⁴¹.

Ao invés do que sucedia no passado, os emigrantes de Pinela não tinham, à partida, os olhos postos no *juízo final*, mas sim na festa de Santo Estêvão, o padroeiro da terra⁴². Havia a forte expectativa de que se tornaria possível num prazo curto, pelo menos, um regresso à aldeia, uma visita à esposa e filhos. E, em regra, assim sucedeu. O primeiro retorno à aldeia dava-se, em média, ao fim de dois anos, sendo o valor mínimo e máximo, respectivamente, dezasseis e quarenta e oito meses. E a partir de então os regressos repetiram-se anualmente para a grande maioria dos emigrantes. Se o tipo de trabalho em que homem e mulher se ocupavam o permitia, os imigrantes

⁴⁰ Itálico nosso.

⁴¹ Esta ambição era generalizada (v. J. Serrão, 1985, p. 1000).

⁴² Tal como sucedeu noutras localidades, a festa do santo patrono da aldeia foi transferida de 26 de Dezembro para Agosto, terceiro domingo, precisamente para permitir a maior participação possível dos filhos da terra emigrados. Como P. Goldey (1981, p. 119) faz notar, «a comunidade da aldeia estende-se para além dos próprios limites físicos e geográficos da aldeia e inclui na sua rede ideológica o emigrante».

duplicavam mesmo as visitas anuais à aldeia e prolongavam aqui o mais possível a estada. Nalguns casos, tal permanência chegou a ser de três meses. Entre os inquiridos, mais de 80% fizeram visitas anuais a Pinela durante o tempo da imigração, o qual foi comparativamente prolongado: para dois terços dos inquiridos ele durou entre onze e vinte anos e em tal lapso de tempo não se observaram interrupções superiores ao período de férias anual, algo que até então nunca fora experimentado pelos emigrantes de origem rural. Cerca de 10% dos entrevistados permaneceram mesmo mais tempo, entre vinte e um e trinta anos⁴³.

Com os regressos anuais, os laços entre os emigrantes e os familiares que permaneceram na aldeia, bem como entre os primeiros e os conterrâneos e demais vizinhos de povoados próximos, recordavam-se, refaziam-se e revitalizavam-se ciclicamente⁴⁴. A revisitação dos lugares, campos, lameiros e cemitérios e sobretudo os reencontros com amigos, vizinhos e gente conhecida fortaleciam, por certo, os sentimentos de pertença e de fusão com a gente e a terra. Nos grupos de entreajuda para trabalhos agrícolas, nas refeições colectivas e nas deambulações pelas feiras, festas, romarias e igrejas exaltava-se o sentimento de união à família, à aldeia, ao país. Mas, como observa perspicazmente A. Gonçalves (1987, p. 11), «a par da comunhão do reencontro, divisões e tensões invadem o ar estival da vivência e convivência quotidianas». Em qualquer caso, não faz sentido nenhum falar-se de rompimento dos emigrantes com Pinela, muito menos de abandono da aldeia. As estadas na freguesia eram ocasião para uma circulação ampla e repetida de informação minuciosa acerca das aventuras e das experiências de trabalho e de vida, próprias e alheias — *lá é isto, lá é aquilo* —, e, assim, se incendiava também o rastilho da imitação no partir.

Os regressos a Pinela reclamavam e ou permitiam a aplicação de poupanças, por exemplo, nas viagens (de ida e volta e dentro do país), na aquisição de mobiliário, electrodomésticos⁴⁵, cabradas *ao ganho* e terras (designadamente lameiros e hortas), na (re)construção de casas de residência e de uso agrícola — *barraquetos, barraquitas e corriças* —, na demonstração

⁴³ Dados os requisitos impostos na selecção dos inquiridos, a duração da estada no caso estudado é algo superior a valores referidos noutros estudos. Pelo final da década de 80, para as aldeias transmontanas de Couto de Ervededo e Cimo de Vila Castanheira, respectivamente seis anos e onze anos (A. Baptista e J. Portela, 1995); para o NE de Trás-os-Montes, treze anos (F. Cepeda, 1991); para a Região Centro, entre doze e treze anos (M. Rocha-Trindade *et al.*, 1988, p. 59).

⁴⁴ P. Goldey (1981, p. 125) contrasta a fortaleza das relações de parentesco intrafamiliares com as derivadas do casamento, ilustrando aquela com a recepção aos emigrantes que visitam anualmente a aldeia. Diz a autora: «Quando da sua visita, [irmãos e filhos] são alojados e alimentados à custa da família; o seu regresso à aldeia é antecipadamente preparado (os melhoramentos da casa são geralmente feitos nesta altura do ano para que o emigrante ‘não se envergonhe da sua casa’).»

⁴⁵ Muitos autores assinalam que o aumento do pequeno comércio local e a mudança de hábitos de consumo dos emigrantes são efeitos da prosperidade alcançada (M. Poinard, 1983, p. 288; R. Amaro, 1985, p. 368). P. Goldey (1983, p. 1018) refere que era comum ouvir-se, entre os habitantes da «sua» aldeia, o seguinte: «[dantes] nem víamos a pobreza que era».

e ostentação do sucesso aquando das visitas feitas aos familiares e amigos. Mas, de entre todas as opções, a prioridade recaía, sem dúvida, sobre a habitação, tal como sucedia por todo o lado na região (M. Ribeiro, 1997, p. 85; A. Baptista e J. Portela, 1995, p. 316). Assim, quase todos os inquiridos (86%) realizaram investimentos em habitação, nestes se incluindo a compra de terreno e a construção de casa própria, ou a aquisição de casa, ou mesmo a recuperação de habitação antiga. E as «férias» eram também ocasião para carregar e descarregar materiais de construção, fazer massas, pôr chãos, levantar paredes, enfim, fazer *a casa que saía do corpo*. E, nalguns casos, feita ou refeita a casa própria, chegava a vez de ajudar à construção de outras mais, de familiares e amigos. Em Pinela houve mesmo um emigrante que chegou a construir três casas, duas delas para os filhos⁴⁶.

Como sucedia alhures, não *ter uma casinha em condições* era razão, a juntar a outras, para se partir de Pinela. Como M. Leite (1993, p. 201) concluiu⁴⁷, no geral, para cada emigrante, «a casa na aldeia parece corresponder a uma necessidade, quase uma obrigação, para consigo próprio e para com a comunidade de origem». Como nota ainda aquela autora, esta «sobre-determinação dos emigrantes portugueses em aplicarem as suas poupanças na área da habitação» não é nova (os «brasileiros» também davam a primazia a esta opção) e tem-se actualizado ao longo da história recente⁴⁸.

Em suma, se tomarmos, como sugere E. Lourenço (1998, p. 17), a «verdadeira emigração» como aquela que subentende, com a esperança numa vida melhor numa nova pátria, o sentimento ou a certeza do não retorno ao lugar de origem, então em Pinela não houve verdadeiros emigrantes. Dito de outro modo, os regressos cíclicos, curtos, não são coisa de somenos. Para A. Gonçalves (1987, p. 23) são mesmo um traço essencial, diferenciador, da «nova» emigração. Com ela dá-se «uma mudança no relacionamento dos emigrantes com a sociedade de origem: uma maior presença destes nesta durante o próprio período de emigração».

PERMANECER EM PARIS OU REGRESSAR DE VEZ A PINELA? E AQUI O QUE FAZER?

Embora alguns entrevistados afirmem que sempre pensaram no regresso à aldeia, no geral, a formação da ideia, a tomada de decisão e a sua concretização vão tomando corpo e, por vezes, certa solidez ao longo do tempo.

⁴⁶ A. Leeds (1983, pp. 1033-1034) destaca que a edificação das casas dos emigrantes foi um estímulo enorme para a indústria de materiais de construção em Portugal.

⁴⁷ A pesquisa foi feita junto de 65 famílias emigrantes do Norte de Portugal. As respectivas casas localizavam-se nos concelhos de Guimarães, Caminha, Melgaço e Valpaços.

⁴⁸ A autora, entre outros, refere que a aquisição de residência própria no país de chegada está agora inequivocamente inscrita nas preocupações de emigrantes portugueses. Indica fontes com relação à França e ao Canadá.

Mas trata-se de um processo repleto de sentimentos ambivalentes e contraditórios por parte dos membros da família. Para tal ideia concorre, não uma única «causa», mas a integração de várias, umas distantes, outras próximas. Os relatos colhidos sugerem-nos ainda que a compreensão da complexidade do retorno obriga a distinguir os migrantes segundo várias linhas de fractura: vaga de emigração, situação familiar de imigração (isolamento, reunião familiar parcial ou total), opção quanto à sociedade em que ocorre a escolaridade dos filhos, capacidade linguística e redes de sociabilidade no país de acolhimento. E, assim, ajusta-se muito bem a Pinela uma conclusão geral relativa a um estudo efectuado na Região Centro: «Se a partida é em geral determinada por razões de dominante económica, não lhe está associado um plano, um programa e um objectivo bem determinado cujo cumprimento conduzisse a uma decisão univocamente formulada de regressar; antes as situações vão-se enformando, as ideias acabam por precisar-se e o regresso surge com alguma naturalidade, mas também com uma forte aparência de hesitação» (M. Rocha-Trindade *et al.*, 1988, pp. 61-62). Investigadores distintos reflectem olhares similares. M. Poinard (1983, p. 279), por exemplo, diz-nos que «a decisão de voltar quase nunca resulta de um cálculo maduramente reflectido, de um projecto a longo prazo. A impressão que prevalece, de tal modo o regresso parece por vezes súbito, inopinado, é que, passado o nível de economia considerado suficiente, um certo número de dificuldades, de privações, de separações até aí suportadas se tornam intoleráveis».

Note-se que estamos a falar só de casos de regressados, pois, como outras observações sugerem, a ideia do regresso pode ser contrariada por vários actores, designadamente pelas mulheres e filhos, bem como pelas circunstâncias. M. Leandro (1995, p. 123) admite que, «à medida que os filhos vão acedendo ao ensino secundário e superior em França e vão entrando no mercado de trabalho local, uma grande parte dos pais transforma o seu projecto de regresso em fixação, ou pelo menos este continua a ser adiado *sine die*». Como fez notar muito antes M. Rocha-Trindade (1976, p. 983), há pais a viverem «em situação dipolar». Face à vida dos filhos, revêem ideias iniciais de regresso, podendo este tornar-se incerto, obsessivo, mas não definitivo. Como diria mais tarde a mesma autora (M. Rocha-Trindade, 1983, p. 89), «para além de um facto concretizado, o retorno constitui uma ideia e um objectivo, geralmente presente desde o momento da primeira partida; mas a vizinhança europeia torna viáveis as visitas anuais que quase assumem aspectos de regressos cíclicos. A decisão de retorno definitivo não é premente, tornando-se, por conseguinte, facilmente adiável.» Assim, ainda segundo M. Rocha-Trindade (1986, p. 10), «as situações de emigração e de retorno imbricam-se, confundem-se e alternam-se». Reina então a ambiguidade⁴⁹.

⁴⁹ M. Rocha-Trindade (1998, pp. 30-31) volta aqui a equacionar muito bem a questão da decisão do retorno, falando das várias matizes do «retorno não assumido» e da dificuldade de

Fora as causas de retorno imprevistas (abandono do lar por parte do cônjuge, abalo pela morte de um filho, conflito laboral, desemprego gerado por doença, etc.), podem enunciar-se as seguintes razões maiores do regresso a Pinela: *educação dos filhos em Portugal*; falta de saúde de um dos membros da família e satisfação de aspirações económicas e de condições de trabalho. A perda de emprego nunca surge como causa de regresso.

A educação escolar dos filhos no país de naturalidade dos pais surge amiúde como um factor de peso na justificação do regresso. Por um lado, a questão gerava certa inquietação no quotidiano da imigração — *a gente já estava meia enervada, com os filhos aqui a crescer e a gente lá*; por outro lado, suscitava a tomada de decisão quanto ao regressar de vez a Pinela ou ficar em Paris. Eis o relato de duas mães: *tivemos de decidir entre levar a filha para junto de nós ou voltar, ela já começava a ter uma certa idade (11 anos); os garotos estavam numa idade que era preciso decidir, estava o doce mesmo no ponto. E foi à conta deles que nós viemos de lá [Paris] p'ra'qui [Pinela]*. Importa destacar o facto de que, no geral, muitos destes adolescentes, à semelhança dos pais, acabaram por tomar eles próprios a decisão de emigrar, igualmente para França. Antes da questão da escola achava-se o problema de criar e educar os filhos na atmosfera familiar própria, motivo que também explica um ou outro regresso — *quisemos voltar a tempo de dar carinho aos filhos... regressámos porque o nosso filho mais velho estava com a avó [materna] e ela já estava a ficar velhota... também em França os impostos eram altos*.

Surpreendentemente, a falta de saúde de um dos membros da família, menores inclusive, é invocada com relativa frequência para justificar o retorno a Pinela. Não se aprofundou esta «causa» de regresso, mas admitimos que as dificuldades de comunicação em francês e as noções tradicionais acerca do corpo, alimentação, efeito dos «ares» (da cidade *versus* os da serra), tenham determinado tal gestão da doença. Não raramente, o esgotamento físico e psíquico do imigrante homem, causado pelas condições de vida e trabalho, é também invocado como razão de peso para abandonar a França.

A economia em Portugal e em França irrompe igualmente como motivo maior para o retorno. Este parece ser decidido tendo em conta o peso da combinação dos factores positivos e negativos nos dois espaços em causa. Tanto a acumulação das poupanças antevistas e/ou o recebimento de indemnização e/ou pré-reforma como os salários reduzidos, o cansaço da falta de autonomia no trabalho e/ou os impostos elevados, tudo isto em França, concorrem para o regresso. Em Portugal acham-se estímulos complementares: a construção da casa, a aquisição de terras, a recepção de bens de herança e a possibilidade de trabalho por conta própria.

obter dados estatísticos actualizados (exactos) relativamente aos retornos definitivos, dado precisamente o interesse dos próprios intervenientes em manterem a sua situação real na ambiguidade.

Chegados a Pinela, um novo quadro e modo de vida emerge e condiciona os regressados. As poupanças acumuladas mediante uma compressão permanente de hábitos frugais de consumo, herdados fazia tempo, podem ser diminutas. Convém, pois, geri-las bem. Isto é particularmente sentido entre os emigrantes da primeira geração que regressaram antes do que desejavam e aqueles, como *o cigano*, responsáveis pela subsistência de numerosa prole em França. Dizia-nos um deles: *vim quando os outros partiram... vivo com pouco, porque também [com pouco] sei viver... sobre o muito qualquer um vive.*

Fora a aplicação de capital na habitação e na agricultura, os regressados a Pinela não tinham aqui oportunidades de investimento alternativas. Provam-no o comportamento geral de canalização das poupanças para a rede bancária e as excepções a este padrão: menos de meia dúzia de tentativas «empresariais», as quais, por motivos vários, redundaram em fracassos. O emigrante-comerciante de gado abriu um talho em Pinela, tendo o negócio durado dois anos. O mercado aldeão era, evidentemente, limitado. Um segundo regressado comprou um camião para negociar ovelhas e vitelos, mas desistiu face ao grande número de concorrentes. Um terceiro adquiriu uma carrinha para venda ambulante de peixe e artigos de mercearia. Ele e a esposa depressa acharam impossível conciliar tal itinerância com a actividade agrícola na aldeia. Outro «empreendedor» apostou numa «cultura» aparentemente prometedora, a minhocultura, mas, à semelhança de muitos mais, o negócio faliu. Por fim, outra família fez uma aposta de reinserção diferente: adquiriu uma quinta agrícola com uma casa e a ela passou a dedicar-se a tempo inteiro. Com o avançar da idade, a saída dos filhos e o crescer do receio de estarem sós e longe da aldeia, abandonaram a quinta. Realojaram-se numa casa que compraram em Pinela.

Outras utilizações menores de capital, tal como a aquisição de cabradas para guarda ao ganho e o empréstimo de dinheiro a vizinhos para que estes procedessem, por exemplo, à aquisição de um tractor ou à plantação de castanheiros, mostraram-se também problemáticas ou pouco rendosas. Um dado casal de regressados emprestou dinheiro a conterrâneos e lamenta tal comportamento. Tendo dificuldade em reavê-lo, opta então por aceitar o pagamento das dívidas mediante o trabalho a prestar pelos vizinhos em causa. Numa tirada, simultaneamente irónica e amarga, dizia-nos a esposa do casal: *já comprámos dois tractores e não tivemos nunca tractor.*

À semelhança do observado em muitos outros locais do país, os regressados a Pinela não se converteram propriamente em «agentes de inovação» e promotores de desenvolvimento regional. Tendo em conta a formação escolar e a profissão exercida tanto na aldeia como no estrangeiro, nutrir tais expectativas elevadas seria descabido. Como faz notar M. Silva (1985, pp. 128 e 123-124), apesar de o retorno se fazer para a terra de origem e em idade activa, tais papéis tornavam-se impossíveis. Havia muitas barreiras externas: a falta de uma política de emigração que cuidasse da valorização humana e profissional dos emigrantes; a falta de uma política de retorno que

informasse sobre as alternativas de reinserção sócio-económica local; a falta de uma política de desenvolvimento regional que as estimulasse. E havia igualmente os compreensíveis obstáculos interiores relacionados com a cautelosa gestão do risco (comportamento este que se enraíza na cultura camponesa) e a inexistente ou limitada capacidade empresarial. Como diz R. Amaro (1985, p. 363), o emigrante «é agente de poupança mas não investidor». Com efeito, ele não é propriamente um investidor em novas actividades produtivas, o que não quer dizer que não invista no que tem utilidade (em senso lato) para si e sua família (S. Nobre, 1993). Não ser «investidor» não significa igualmente que o emigrante não seja um indutor, tanto directo como indirecto, de mudanças sócio-económicas a nível local, regional e nacional.

O RETORNO (IN)SATISFATÓRIO A VELHOS PAPÉIS

Para todos os regressados, a reinserção em Pinela representou, obviamente, uma nova fase da vida pessoal e familiar, uma mudança no modo de vida e de trabalho. Ao contrário de outrora, o dia a dia hoje já não é comandado pelo emprego, limpezas ordinárias e extraordinárias, transportes e, antes de tudo, pelo relógio. Todos estes ditames urbanos perderam a sua soberania absoluta. E o quadro das relações sociais de trabalho deixou de ser hierárquico e intercultural para passar a ser relativamente igualitário e entre conterrâneos.

Embora seja mister assinalar que um dos regressados integrou a junta de freguesia durante dois mandatos, a vivência emigratória e a experiência profissional adquirida fora do país não surgem como fonte de novos estatutos e funções na sociedade local. A reintegração social faz-se sobretudo mediante o desempenho de velhos papéis (por exemplo, vários emigrantes retomaram o seu lugar na banda filarmónica da aldeia) e pela via ocupacional tradicional, a agricultura. A inexistência de novos papéis sociais entre os regressados não significa que eles eliminem atitudes, saberes e técnicas adquiridos fora. Com efeito, vários inquiridos revelaram aplicar na sua actividade pós-imigração técnicas de construção aprendidas em França.

Todos os inquiridos regressados a Pinela, sem excepção, retornaram à actividade agrícola⁵⁰, mas nunca como assalariados, como outrora, e nem sempre a tempo pleno. Ao contrário do que sucedia entre a maioria à data da emigração, os regressados possuem hoje património fundiário, plantações e gado, os quais foram adquiridos entretanto, quer por herança, quer por compra, aplicando-se o *dinheiro de França*. Além da (re)construção da casa

⁵⁰ Como faz notar R. Amaro, «o emigrante, ao regressar, não se diferencia significativamente, enquanto trabalhador, dos outros não emigrantes no que diz respeito à actividade económica onde trabalha» (M. Silva *et al.*, 1984, p. 127; v. ainda R. Amaro, 1985, pp. 365-367).

de habitação, bem mais de metade dos inquiridos (62%) canalizaram dinheiro ali poupado para a actividade agrícola, sobretudo para adquirirem terra. A plantação de castanheiros, a edificação de construções de apoio à actividade agrícola, a aquisição de animais e, embora em menor grau, a compra de máquinas agrícolas foram igualmente um destino dado às poupanças feitas. E hoje todos os inquiridos se ocupam na exploração agrícola própria, que, por vezes, é arredondada com *terras à renda*, mas o grau de envolvimento na actividade é entre eles muito diverso.

Há casos de venda da produção agrícola no mercado, mas há igualmente outros em que as culturas realizadas (batatas, horta, vinha), a criação do porco e o fabrico do fumeiro se destinam exclusivamente a um autoconsumo familiar extenso. Isto é, não raramente, o manifesto interesse de filhos pelas *novidades da casa* condiciona em larga medida o comportamento produtivo dos pais. O decréscimo da mobilidade e a falta de saúde entre os produtores surgem naturalmente como factores limitantes da actividade agrícola, observando-se um padrão habitual de retracção daquela. Observa-se o abandono do cultivo do cereal, a redução e a eliminação do gado bovino, o arrendamento ou o abandono de pastagens e lameiros, retendo-se a horta e a gestão de soutos ou castanheiros dispersos. Em qualquer caso, os sistemas culturais adoptados pelos inquiridos não diferem dos observados entre os restantes residentes em Pinela e na zona geográfica envolvente.

Parece evidente que os regressados satisfazem um desejo forte de autonomia no trabalho, o qual terá sido simultaneamente negado e nutrido durante a estada em França, sobretudo entre os homens. Entre estes, a vontade de trabalhar por «conta própria» terá sido mesmo uma forte motivação para o regresso. Cerca de três quartos dos inquiridos dedicam-se exclusivamente à agricultura, enquanto os restantes passaram também a exercer outra actividade. Ocupados com a agricultura, comércio e outras actividades por conta própria achámos cerca de 14% dos regressados. Os restantes, pouco mais de 10%, trabalham como assalariados na construção civil e como pequenos agricultores. Estes dados, no essencial, assemelham-se aos constantes de outros casos, por exemplo, referidos por R. Amaro (1985) e M. Poinard (1983).

A informação colectada sugere que, apesar de não terem regressado propriamente contrariadas, várias mulheres, ao invés dos homens, têm tido dificuldades em readaptar-se à vida em Pinela. Há homens que atiram com ênfase frases do tipo *a França é dura, não me dá saudades... eu já estava enfadado da vida em Paris... encontrei-me saturado de viver lá*. As mulheres, pelo contrário, não sublinham as agruras sofridas. É certo que algumas não apreciaram propriamente a estada em França, mas outras manifestam o oposto, arguindo que a reinserção na vida aldeã *custou tanto ou mais* do que a adaptação à vida em Paris. Sem se esquecerem das dificuldades passadas, expressam, com vigor, quer o gosto e *as saudades* da vida de emigradas,

quer as perdas causadas pelo regresso à aldeia. Este seria vivenciado, não como um acto libertador, mas como o retorno a um passado constrangedor. O tempo hoje é mais monótono e duradouro: *aqui rende-me o tempo*. Habitadas a sair de casa para trabalhar fora e mesmo para conviver, sentem-se agora *presas* à aldeia e à casa. Uma delas traçou bem a diferença: *vivemos agora com o marido sempre nos pés da gente*. Acostumadas a dar destino aos seus próprios salários e dinheiros de bolso aquando da estada fora do país, sentem agora a perda de autonomia. Tudo pesado, reevoca-se e retoma-se o passado em França: uma das entrevistadas afirmou que partiria com gosto para França *caso tivesse menos dez anos*; outras duas mulheres deixaram mesmo o marido em Pinela e reemigraram, desta vez para junto dos filhos.

Assinalemos um claro paralelismo entre estes dados e os de outros observadores. Relativamente ao Barroso, M. Ribeiro (1997, pp. 152-153) afirma: «As mulheres em especial as mais jovens resistem, muito mais que os homens, à ideia do retorno definitivo, pela ameaça de retrocesso que nele antevêm. Assim se explica, em larga medida, que em dez dos doze casais ex-emigrantes reinstalados na aldeia que estudámos, nos tenha sido peremptoriamente afirmado, por um ou por ambos os cônjuges, que na decisão do regresso prevaleceu a vontade dos maridos. As mulheres, essas, declaradamente regressaram contrariadas, quase nunca sem antes haverem esgotado as formas de oposição, ao seu alcance [...] Vieram, mas vivem o regresso com um pronunciado sentido de perda e, por isso, continuam a dizer que estão arrependidas de ter vindo.» Para a Região Centro, M. Rocha-Trindade *et al.* (1988, pp. 111-112) referem que as mulheres são substancialmente mais críticas do que os homens quanto à justeza da decisão de regressar, podendo inferir-se que a sua insatisfação ou rejeição com respeito ao retorno se relacione com vários aspectos, a saber: «maiores dificuldades ou menor latitude de escolha no abastecimento quotidiano; perda de facilidades no enquadramento escolar e social das crianças; maior controle social; perda de actividade profissional remunerada e, conseqüentemente, de salário próprio». Segundo R. Villanova (1988, p. 978), no geral, o retorno é «projecto do homem». M. Soares (1995, p. 56), por seu turno, faz notar que a «integração procurada e mais facilmente conseguida pela mulher do que pelo homem poderá explicar, em parte, a maior resistência da parte dela a regressar ao país de origem».

Indicador de certa dificuldade de reinserção na vida aldeã de Pinela é o facto de algumas mulheres regressadas alimentaram durante certo tempo o desejo de continuarem a trabalhar fora de casa, mesmo a tempo parcial. Por exemplo, fazendo limpezas ou prestando serviços num supermercado. O esquelético mercado de trabalho local e a escassez de transportes públicos contrariaram rapidamente aqueles desejos. É ainda pelas razões apontadas que várias mulheres regressadas gostariam de trabalhar, mesmo tão-só algumas horas diárias, no

Centro de Dia de Pinela ou em serviços de apoio domiciliário. Entretanto, vão cobijando o trabalho das duas funcionárias do dito Centro.

Parece legítimo relacionar a (in)satisfação diferenciada do retorno aos velhos papéis com as experiências migratória e pre-migratória distintas entre homens e mulheres. Em Paris estas trabalhavam e viviam num universo sócio-cultural muito aberto e cosmopolita, quer comparativamente ao espaço doméstico e local experimentado por si próprias na aldeia, quer comparativamente ao mundo laboral vivido pelos maridos em França. Vários observadores (por exemplo, M. Trigo, 1981, M. Leandro, 1993, J. Coelho, 1995, P. Lopes, 1995, e M. Soares, 1995) convergem na percepção de que a mulher tem tido um papel essencial, designadamente como mediadora, entre o espaço doméstico e o público. Segundo M. Trigo (1981, p. 220), quase pode dizer-se que ela é «o motor da emigração e do projecto familiar» e, para M. Soares (1995, p. 56), ela é «um pilar da emigração». Nas palavras de P. Lopes (1995, p. 103), trata-se de «um agente económico de extrema importância no agregado familiar e um factor activo de integração e de abertura da família à modernidade». Com efeito, vários autores, consistentemente, referem que, no geral, elas denotavam possuir uma notória capacidade de adaptação à nova vida, conheciam melhor a língua francesa e estabeleciam as relações com o exterior do agregado doméstico: famílias francesas, administração pública, escola, serviços de saúde, etc. J. Coelho (1995, p. 18), por exemplo, afirma: «Enquanto o relacionamento social do homem imigrante se limita, na maior parte dos casos, à trilogia ‘casa, trabalho, associação ou café’, num ciclo de relações essencialmente dominado pelo seu grupo étnico, a mulher, por sua vez, tem um maior relacionamento com a população autóctone, o que a ajuda a ultrapassar melhor as dificuldades da integração⁵¹.» M. Leandro (1993 pp. 355-356), por sua vez, refere o seguinte: «O facto de um grande número de mulheres portuguesas serem porteiras na cidade de Paris permite-lhes criar uma importante teia de relações sociais que ultrapassam, de longe, o local onde elas exercem a sua profissão. Este facto leva-as a um contacto permanente com todos os habitantes do imóvel, independentemente da sua condição social, criando entre eles verdadeiros laços de interdependência.» E isto contrasta com a situação vivida pelos respectivos maridos. Diz-nos ainda M. Leandro (1993, p. 356): «Em contrapartida, os homens portugueses, trabalhando ainda em grande parte no subsector da construção civil e obras públicas [...] têm por este facto menos oportunidade de criar laços sociais mais intensos não só com os

⁵¹ M. Poinard (1983, pp. 268-269), referindo-se a assalariados agrícolas do Alentejo que emigraram, anota também o seu isolamento e impermeabilidade durante a estada no estrangeiro. Assinala que a maior parte não sabia duas palavras de francês ou alemão e nem sempre era capaz de precisar em que região tinha trabalhado.

autóctones, mas também com outras etnias que vivem nessa região». Ainda a este propósito, M. Soares (1995, p. 56) observa que «a inserção da mulher na sociedade local é de grande utilidade para toda a família. Não raro, o homem sente-se encorajado a uma mais franca abertura ao ambiente local seguindo a mulher. Os primeiros contactos com famílias locais são os conhecidos da mulher.»

Os inquiridos homens, para além de estarem sujeitos à contenção social imposta pelo trabalho e pela falta de domínio da língua francesa, viam-se a si próprios sujeitos a patrões e chefes, sendo assim limitados na sua autonomia ocupacional de outrora. Isto foi especialmente sentido pelo emigrante-comerciante de gado e pelo emigrante-carpinteiro. E nas fábricas viam-se confinados a espaços fechados e povoados de colegas, ao invés dos campos abertos da infância e juventude. Assim, para eles é, pois, muito provável que a reinserção em Pinela surja como uma fase mais satisfatória da vida. Alguns, pelo menos, louvam o sossego da aldeia. Um outro ampliou a sua apreciação positiva até mesmo ao final do ciclo da vida, dizendo: *estou satisfeito por me encontrar em Pinela, é a sepultura da vida.*

TER SIDO EMIGRANTE, OU NÃO — EIS A QUESTÃO

A auto-avaliação que os regressados fazem acerca da sua decisão e estada em França é do tipo multicritério e, a um tempo só, complexa e simples. E, compreensivelmente, distinta de indivíduo para indivíduo. Aparentemente, há matizes de apreciação diversos entre mulheres e homens, entre os emigrantes da primeira e os da segunda geração na década de 60-70 e entre os que partiram *por necessidade versus* os restantes. O valor último e global que cada um atribui à experiência emigratória tem em conta os diversos «actores» envolvidos (o próprio, a esposa, os filhos, os familiares), as relações entre os esforços feitos e os múltiplos resultados alcançados (os tipos e condições de trabalho, o nível de vida, as poupanças, os investimentos, as oportunidades de ocupação e educação para as esposas e filhos, as reformas, etc.), os contextos de partida, de estada e de regresso, todos eles variando ao longo do tempo e até mesmo os casos e acasos da vida. Em resumo, toda a história do itinerário migratório surge subjacente à questão «ter sido emigrante, ou não», embora o inquirido escolha um ou outro «indicador» simples e tornado maior para justificar a resposta dada. Resta acrescentar que as próprias perspectivas acerca do futuro se insinuam igualmente na avaliação em causa. De entre elas ressalta, evidentemente, o valor das *reformas de França*, mas ainda o mérito complementar das *reformas de Portugal*. Assim, na apreciação da emigração, os actores têm em conta a pré-emigração, ou seja, fundem espaços e tempos de fixação e mobilidade territorial.

Quaisquer que sejam as frustrações e lamentos relacionados com a imigração ou com os imprevistos da vida (acidente mortal de um filho entre Paris e Pinela, desemprego em França por motivo de saúde, incapacidade de gestão

das poupanças, negócios gorados, empréstimos irrecuperados, etc.), praticamente todos os inquiridos manifestam uma satisfação evidente pelos efeitos essenciais da experiência vivida. A melhoria das condições de vida deu-se em grande medida para numerosos emigrantes e nesta óptica, como diz M. Poinard (1983, p. 263), pode falar-se em «melhor-estar». Ou, como diz M. Rocha-Trindade (1998, p. 28), deu-se uma «democratização dos sucessos». Por isso, talvez, alguns inquiridos acham mesmo surpreendente e desnecessária a formulação da pergunta feita pelo entrevistador.

Há uma única excepção, relativa a um comerciante de gado, o qual, tendo estado cinco anos em França, concluiu: *ora se não tenho ido, é que tinha sido um bô home*. Importa contrapor esta excepção precisamente a um outro caso extremo: o de um indivíduo que ficou órfão aos 9 anos, foi *criado de servir e geireiro* e é hoje conhecido como *o que voltou rico*. Ora esta designação não será devida ao facto de esse migrante *ter governado a vida* de tal modo que, ao fim de trinta anos fora, é proprietário de um carro, de uma casa nova na aldeia e de um tractor⁵², paga geiras para fazer agricultura em Pinela e tem os filhos «arrumados» em França. Todos estes sinais de sucesso são públicos e notórios, mas, só por si, ainda não justificam a designação de rico, pois, a esse respeito, outros migrantes partilham traços semelhantes. Mas, entre todos os inquiridos, ele é o único que efectivamente logrou ser proprietário de uma residência em França. Há quem tenha igualmente experimentado a condição de assalariado e sem terra, e partido pobre, e que, embora não tenha voltado rico, é apreciado pelo sucesso de uma estada de dezoito anos em França. Esta traduziu-se no seguinte: o criar e educar oito filhos, ampliar a casa herdada por via da compra de edifício anexo, fazer um furo para rega e adquirir castanheiros, lameiros, vinha e outras parcelas de terra com vista à exploração do sistema policultural tradicional. Trata-se precisamente do caso do *endireita*, que sempre exerceu o ofício a rogo tanto em Pinela como em França.

Entre o desapontamento parcial com a migração e o êxito retumbante achamos a maioria dos inquiridos. E neste universo há ainda variação de tom e luminosidade no balanço feito. Para uns este é claramente positivo — *foi bom, mas bom, se não fosse para França não tinha mesmo nada*⁵³ —, tendo

⁵² A compra de tractores por via de poupanças geradas aquando da emigração é fenómeno conhecido. P. Goldey (1983, p. 1018), por exemplo, assinala que em 1974, na aldeia minhota que estudou, em Terras de Bouro, não havia tractores e que os dois primeiros foram adquiridos em 1976 por ex-emigrantes. C. Silva (1998, p. 311), por sua vez, refere que, em 1985, seis dos oito tractores existentes em Lindoso e dez dos vinte em Aguiar foram comprados por emigrantes. A. Leeds (1983, p. 1035) e M. Poinard (1983, pp. 291-292) também referem o facto, explicando o último que tal se deve a três razões: vontade de conservar o poder de compra, o medo de ser expulso da terra de imigração, o desejo de realizar trabalho agrícola menos penoso.

⁵³ Segundo C. Silva (1998, p. 316), para os grupos domésticos mais necessitados e dependentes de outrora, a emigração representou, na sua própria linguagem, a «salvação», ou seja, a libertação da miséria e a melhoria das suas condições de vida.

a migração, nalguns casos, permitido o empréstimo «não institucional» de dinheiro. Para outros também *valeu a pena* o penar, embora as reformas duplas de um ou dos dois membros do casal estejam limitadas por um factor incontornável — *a gente agora vive bem, dinheiro não falta, é só pena o sermos velhos*. Há ainda quem situe os resultados da sua imigração numa zona central, mais ou menos esbatida, a qual acaba por ser traduzida pelas expressões verbais utilizadas na resposta. Um diz: *encontrei que foi bom, a França até deu um jeitinho*; outros dois afirmam: *tanto trabalho lá como cá, mas trabalhou-se e ganhou-se e trouxe meia dúzia de crôas... comprei uma vinhazeca e umas terrinhas*; um quarto explana: *a gente construiu um bocado a vida para uma vida melhor. Eu não tinha essas 300 árvores e o que defende o lavrador na nossa região é a castanha...*

Finalmente, outros, aqueles que reconhecem ter tido trabalhos pouco prestigiosos e salários só suficientes para *andar limpo e comido*, logo acrescentam que relativamente ao passado ganharam autonomia — *endireitei a vida... seguro que foi bom ir, precisava dos outros e desde que vim nunca mais precisei dos outros*⁵⁴ — e abriram as portas de um futuro francês aos próprios irmãos e ou filhos, ou mesmo a outros familiares. Como bem assinala J. Pelotte (1995, p. 114)», «mão-de-obra flexível e submissa não se despede sem razões fortes; e [...] beneficiando dessa qualidade, o trabalhador português da primeira geração foi cativando e abrindo as portas em que trabalha para os próprios filhos e outros compatriotas, tornando assim menos problemático o acesso daqueles ao mercado de trabalho e a sua permanência em momentos de crise».

CONCLUSÕES

O caso estudado corrobora muito do saber disponível acerca da emigração da década de 60-70 e dos regressos subsequentes e permite ainda reafirmar a especificidade desse fenómeno demográfico. A sua novidade afirma-se pela intensidade de relações mantida entre os que partem e os que ficam, a qual é propiciada pelos regressos em massa para estadas anuais de curta duração. Ao invés da migração sazonal agrícola para a Terra Quente, Terra Fria e Galiza, o regresso à aldeia é muito mais tardio; ao contrário da emigração para o Brasil, o retorno e a difusão da informação sobre o país de destino não são coisa rara. Esta prática social dos emigrantes dos anos 60 enraizou-se, ritualizou-se e reproduziu-se, constituindo um sinal precursor do actual intenso vaivém anual entre a França e Portugal. Segundo A. Cordeiro (1993, p. 368), pode estimar-se «uma taxa de ‘retornos’ anuais da ordem dos 80%, o que nenhuma outra comunidade

⁵⁴ Como bem nota C. Silva (1998, p. 284), «saindo para o exterior, os migrantes e seus familiares evitavam degradar-se aos olhos dos vizinhos pelo assalariamento local, o que, de facto, representava um modo de resistir à iminente desclassificação social na colectividade».

imigrada em França alguma vez concretizou». Como argutamente faz notar o mesmo autor (A. Cordeiro, 1993, p. 363), «os portugueses são já hoje aqueles que estão mais em relação com o espaço europeu». As reuniões familiares incompletas, os regressos, as estadas mais prolongadas e as bianuais, os rituais (de casamento, por exemplo), constituem também indicadores de uma nova intensidade de relações de interdependência entre os que partem e os que ficam e configuram a emergência de um novo nomadismo e modo de vida em dois espaços. Para S. Lopes (1998, p. 62) «a identidade dos portugueses de França não é a dum grupo desterritorializado. Ela tem uma âncora no vai-vem, na prática frequente dos dois territórios.» E emergem então os novos conceitos de «circulação em duplo sentido», «espaços de relação», «espaços de mobilidade» e «espaços de vida» (J. Peixoto, 1993, p. 292, citando Castro-Almeida e Courgeau). Como lucidamente refere J. Peixoto (1993, p. 290), «a intensidade das relações que se continuam a manter com o país de origem — e que se reforçará com o futuro espaço europeu — indaga acerca da noção habitual de migração, contrapondo-a a uma noção mais lata de mobilidade».

Tal como observou K. Wall (1993, p. 191), também os relatos dos percursos migratórios que colectámos alimentam a hipótese de que, à partida, há condições e motivações bastante diversas entre os emigrantes de origem rural. Se é verdade que a emigração de Pinela não ficou a dever-se a nenhuma catástrofe natural, crise agrícola aguda ou conflito político, mas sim a carências económicas, não menos certo é dizer que entre os que partiram havia diversidade de estatutos, património e razões de ficar e partir. Pode avançar-se a hipótese de que haveria então, pelo menos, três tipos distintos de emigrantes⁵⁵: os que partiram *por necessidade*, a tal foram impelidos pelas «forças de repulsão» locais; outros, informados quanto ao quadro de chegada e resultados possíveis, deixaram a aldeia por imitação consciente e vontade de vencer — digamos que partiram «por ressonância»; outros, um pouco mais desafogados e, por isso mesmo, mais presos à aldeia e à casa, ensaiaram a emigração, partindo com pouca convicção, como que «por arrastamento», sendo o arrastamento forjado pela experiência de imigração de vizinhos e pelas circunstâncias próprias em que se achavam. Estes residentes de Pinela buscavam específica e inequivocamente *mais dinheiro*. Os primeiros *a endireitar a vida*⁵⁶.

⁵⁵ Aquando do exercício de distinção entre termos relativos a migrações (refugiado, exilado, deportado, colono, emigrante, imigrante, migrante, trabalhador-visitante, trabalhador estrangeiro, cooperante, repatriado, retornado), M. Rocha-Trindade (1986, p. 8) muito justamente faz notar que não é habitual atribuir a categoria de emigrante a pessoas de elevado estatuto social ou económico que decidem simplesmente fixar residência e exercer profissão noutro país, mesmo que estejam sujeitas às restrições aplicáveis a qualquer categoria de estrangeiros.

⁵⁶ C. Almeida *et al.* (1976, p. 258) referem o «efeito de arrastamento» da emigração, efeito este de «larga escala» e que contribuiria para a partida mesmo dos que não se acham «em situação realmente desesperada».

Os elementos aduzidos ao longo do texto permitem ainda destacar a noção de que as migrações dependem em larga medida dos sancionamentos políticos, declarados ou não, dos governos dos países em causa⁵⁷ e são mais obra de redes de pessoas do que actos individuais isolados, por muito ouzados que estes sejam. Seria inaceitável negar o contributo pessoal para a ocorrência do fenómeno, mas os dados sublinham que a ruptura com o passado e com a aldeia, bem como a ligação imediata à «terra prometida» e ao futuro, eram essencialmente obra de redes de entajuda familiar e aldeã. Estas e outras redes de recrutadores-passadores-hospedeiros não raro estavam imersas nas águas profundas da economia e da burocracia subterrânea. O tempo passa, mas a eficácia das redes de entajuda familiar e aldeã persiste, podendo dizer-se que muitos dos actuais regressados abriram as portas à «emigração» dos filhos, nalguns casos transferindo, antes do seu regresso definitivo à aldeia, um ou mais elementos de um «capital» valioso: as relações sociais, a actividade ocupacional, a casa, ou parte do recheio desta. E, assim, Pinela regressa e permanece em Paris.

O caso estudado reflecte, pois, o peso de dois factores-chave persistentes no fenómeno emigratório: a relevância das redes de solidariedade e a legitimação política. Com efeito, estudiosos das questões sob análise, como M. Baganha *et al.* (1996, p. 236), dizem-nos: «As correntes migratórias portuguesas são na actualidade dominadas pela oferta de trabalho existente no mercado internacional, mas o nível de resposta à procura existente varia de corrente para corrente e é essencialmente função de três factores, a saber: a evolução do mercado de trabalho; o sancionamento político das nações envolvidas; e a força das redes migratórias activas em ambos os extremos da trajetória.»

Tendo em conta a descrição e a análise realizada, podemos ainda concluir que a vivência imigratória foi, em regra, muito dura, objectiva e subjectivamente, sobretudo nos primeiros anos. Trazia o ferrete da desigualdade da origem e da vida entretanto vivida, bem como da diferença dos estatutos, condições de trabalho e remunerações face aos nascidos em França. Os imigrantes eram vistos e viam-se a si próprios como nacionais foragidos, moradores de bairros-de-lata e de habitações exíguas, não falantes de francês, trabalhadores ilegais que se esgotavam naquilo que os franceses não estavam dispostos a fazer e que eram ignorados por estes para além disso, gente de hábitos frugais herdados e obcecada pela maximização da poupança, celibatários forçados, pais arredados dos filhos, pobres aldeões confusos e perdidos na cidade imensa e estrangeiros vulneráveis face à lei, à administração e à justiça da terra alheia.

⁵⁷ M. Pereira (1981, pp. 7 e 16) faz notar que nos séculos XIX e XX os emigrantes preferiram o Brasil à África, o que era devido à política de imigração brasileira. Esta facilitava não só o recrutamento dos imigrantes, como difundia uma concepção do Brasil como uma terra de fortuna fácil. Em Portugal, pelo contrário, havia uma persistente orientação repressiva.

Neste quadro, os bens e feitos alcançados com a emigração superam largamente a sua materialidade e são tanto ou mais do que coisas. São símbolos. A casa nova autoconstruída mais o quintal na aldeia, por exemplo, não serão só um sinal do rompimento com a miséria, a pobreza e a vida remediada do passado. Por certo, representam também uma negação sentida e funda das vivências em Paris: alojamentos promíscuos e exíguos, modo de vida urbano-industrial e frugalidade nos consumos, isto no seio de uma sociedade consumista. Segundo a interpretação de R. Villanova (1988, p. 970), as casas edificadas pelos imigrantes portugueses não representariam uma importação simples de um modelo francês, mas o efeito de recomposições múltiplas de experiências diferentes do espaço, que comporiam o trajecto entre a sociedade rural e a sociedade urbana. Na mesma linha interpretativa se colocam outros autores. C. Silva (1998, p. 307), por exemplo, refere-se à casa, ao carro e à reinstalação na aldeia de origem assim: «Esta [a aldeia], além de ser o único lugar onde o emigrante pode mais visivelmente afirmar o seu sucesso e realizar os seus sonhos iniciais, constitui a base de segurança que contrabalançará as inseguranças, hostilidades ou exclusões vivenciadas no país para onde emigrou mas não se integrou. O seu comportamento de ostentação nos tipos de carro e nas casas de cores garridas, por vezes com modelos semi-importados, representa uma compensação do modo anómico, sóbrio e lúgubre da sua vida no período emigratório.» P. Goldey (1983, p. 1017), por sua vez, afirma: «A migração é para o camponês português uma maneira — talvez a única — de ganhar prestígio. Enquanto, em França, o imigrante é um trabalhador no fundo da escala, poupando tostão a tostão todo o ano, em Portugal torna-se uma espécie de fidalgo-lavrador, que possui terra e não a trabalha e que gasta com ostentação o dinheiro arduamente ganho. O êxito só pode ser completamente apreciado quando demonstrado perante os seus pares na aldeia, na medida em que eles continuarem a ser o grupo de referência importante pelo qual o migrante guia o seu comportamento.»

A afirmação do cariz sociológico do fenómeno emigratório é ainda iluminada pela acção das mulheres, tanto das que se reúnem aos maridos como das que esperam por eles, como ainda das avós que cuidam dos netos. A ausência dos filhos, ou pelo menos de algum deles, ou seja, «a reunião familiar incompleta», ou mesmo a «emigração conjugal», que só eram possíveis dado o apoio de retaguarda das avós, trazia aos membros do casal imigrado duas vantagens claras: por um lado, permitia-lhes uma maior agilidade, sobretudo da mãe, com vista à prestação de trabalho e consequente realização de poupanças; por outro, reduzia as despesas familiares e os elevados «custos da interacção» com a administração francesa, pelo menos no plano escolar, médico e social. Mas filhos distantes privavam os pais de duas coisas fundamentais: a doação e o recebimento de afectos. Em conclusão, sem o ânimo, o esforço e as atitudes das esposas e avós face às circunstâncias, os sucessos da vivência migratória estariam seguramente ameaçados.

Nenhum emigrante adulto de Pinela partiu para França em busca de uma escolaridade maior ou de uma carreira profissional. Tão-pouco alguém deixou a aldeia com o fito de montar ali um negócio ou uma firma, mesmo uma microempresa familiar. Para tanto faltar-lhe-ia tudo, a começar pelo domínio da língua francesa. Assim, o trabalho por conta de outrem sempre foi a meta antevista pelos emigrantes e nenhum deles terá sonhado tornar-se francês. A própria inserção social para além da fronteira laboral estava muito limitada pela proximidade de familiares e conterrâneos na mesma cidade e sobretudo pela incapacidade, ou capacidade limitada, de entendimento dos falantes nacionais. Neste contexto de deslocação geográfica e contenção social, os imigrantes refazem as suas relações sociais e geram uma categoria socio-étnica e uma cultura singular, com afloramentos sincréticos oriundos de Portugal e França. O movimento associativo da imigração portuguesa, mesmo involuntariamente, reforça as fronteiras entre os «eles» (franceses e outros imigrantes) e os «nós», os portugueses em França. Referindo-se a emigrantes transmontanos em Paris, emigrados sobretudo nos anos 60, diz-nos E. Lechner (1997, p. 88): «Nomeadamente através dos filhos e netos nascidos em França, a complexidade identitária aumenta, sendo no entanto de sublinhar que o emigrante não passa de uma identidade de aldeão transmontano a uma identidade cosmopolita parisiense. Antes cria na terra onde vive a sua cultura específica de emigrante transmontano.»

Para os homens e mulheres emigrantes-imigrantes, os espaços e tempos de Pinela diferiam muito dos de França. A partida e, sobretudo, a imigração representaram para cada um e para todos uma ruptura geográfica e biográfica. Mas, como vimos, a significação da imigração toma cores fortes ou fracas segundo se trata, respectivamente, de mulheres ou homens. Sem filhos por perto, ou com um ou dois, e sem animais domésticos para criar, elas ganham liberdade de movimentos e alargam o seu espaço sócio-doméstico com novas redes de sociabilidade. Isto quando fazem limpezas em locais públicos e lares de famílias francesas e, enquanto porteiras, até mesmo sem saírem de casa. E, conseqüentemente, arrebatam certa autonomia financeira. Ou seja, os elementos examinados sugerem que para as mulheres, muito mais do que para os homens, a imigração é não só uma ruptura geográfica e biográfica, mas também sócio-cultural. Com a migração ninguém é já o mesmo, mas os homens mudam menos do que as mulheres a sua «visão do mundo». Em regra, permanecem mais aldeões do que as esposas.

A análise efectuada entre os regressados a Pinela permite, no geral, a distinção de três fases distintas no seu ciclo de vida. Um primeiro tempo na aldeia povoada, no qual se dedicavam essencialmente à agricultura. Esta fazia-se com recursos muito escassos, designadamente o património fundiário, pelo que se buscavam complementos de sobrevivência nas casas mais abastadas, na construção civil e nas minas. Segue-se o tempo da imigração em França, num meio urbano-industrial, onde o dinheiro próprio e o consumismo alheio são notórios, tempo esse entrecortado por regressos

anuais e estadas curtas em Pinela. Assim se relembavam, refaziam e fortaleciam ciclicamente os laços entre emigrantes e residentes na aldeia e região de partida. Por fim, um terceiro tempo, de novo na aldeia, agora despovoada e envelhecida, em que se dá a reinserção na actividade agrícola, mas agora num quadro totalmente diferente do de outrora: há já menos força e gente na casa, património fundiário para *aflição bastante*, tractores e mesmo dinheiro para pagar geiras, se houver braços. A agricultura é mais actividade ocupacional do que produtiva, sobretudo entre os de saúde debilitada, o que não significa que seja económica e socialmente irrelevante. O que parece mais constante é a própria mudança na vida na aldeia, mas ela parece ter mudado mais com a emigração e a imigração ocorrida nos anos 60-70 do que com o regresso dos protagonistas dessa ausência. Para tanto também contribui a falta de oferta local-regional de oportunidades de investimento alternativas à habitação e à agricultura.

O regresso definitivo a Pinela — decisão e concretização — é ruptura nova e forte no modo de vida dos imigrantes, mas, em regra, não pode reduzir-se a uma meta bem visível, a uma data precisa, a um acto único e realizado instantaneamente. Trata-se, sim, de um processo decisório e de uma materialização mais ou menos amadurecidos, os quais se foram definindo e construindo gradual e laboriosamente ao longo do tempo, numa adaptação constante às circunstâncias e oportunidades. Isto não só ao longo da estada no estrangeiro, mas também aquando dos breves regressos a Pinela. Aparentemente, os emigrantes-imigrantes não subestimaram os riscos e a incerteza que rodeia a vida e, mais do que um «projecto» racional e meticulosamente arquitectado, anteviam um horizonte largo de chegada, que foi alcançado pela grande maioria⁵⁸. Aparentemente, mantiveram sempre um comportamento atento e adaptativo⁵⁹ — «vamos indo e vamos vendo» — o qual era muito semelhante ao que lhes era familiar quando, antes da emigração, buscavam denodadamente a subsistência.

⁵⁸ Quer tudo isto dizer que corroboramos a visão de M. Silva (1985, p. 129) quando afirma: «O retorno não deve ser considerado como uma situação pontual — o termo da permanência no estrangeiro na situação de emigrante —, mas antes como um fluxo de maior ou menor intensidade, que se inicia com a própria emigração. Também não deve ser identificado exclusivamente com o regresso definitivo da pessoa do emigrante. As remessas que vai enviando para sustento de familiares, pagamento das dívidas que contraiu para poder emigrar, compra de terras, construção de casa ou simples depósito bancário são modalidades de retorno que se iniciam muito antes do regresso definitivo.»

⁵⁹ É, por certo, neste quadro de ajustamento constante, no plano individual e familiar, às circunstâncias externas e aos acasos da vida que se deve entender a aceitação, por parte de certos emigrantes, dos estímulos ao regresso definitivo ao país de origem, estímulos esses que se relacionaram com a crise económica dos anos 70. Como diz M. Poinard (1983, p. 261), «a consulta dos processos das partidas ‘subsidiadas’ demonstrou que o regresso se devia analisar mais em função duma escolha pessoal do que da pressão da conjuntura económica, apesar de a crise ter podido precipitar e concretizar uma decisão que já tinha sido tomada». Outros autores chegaram às mesmas conclusões, como refere C. Silva (1998, p. 305).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos, e BARRETO, António (1976), *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 3.^a ed.
- AMARO, Rogério Roque (1985), «'Ei-los que voltam'. Problemas e desafios do regresso dos emigrantes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.^{os} 15-16-17, pp. 351-373.
- ARROTEIA, Jorge (1981), «Portugal e a emigração», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.^{os} 1-2, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- BAGANHA, Maria Ioannis, e PEIXOTO, João (1996), «O estudo das migrações nacionais. Ponto de intersecção disciplinar», in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.
- BAPTISTA, Alberto, e PORTELA, José (1995), «A pluriactividade como estratégia de desenvolvimento nos vales submontanos de Trás-os-Montes», in *Estudos Transmontanos*, n.º 6, pp. 291-333.
- BINET, Michel (1998), «Socio-anthropologie urbaine et fait migratoire: les Portugais en France», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 131-147.
- BRANCO, Jorge Portugal (1998), «Les portugais résidant en France — breve caractérisation statistique», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 91-129.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1993), «O bom emigrante à casa torna?», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 163-183.
- CEPEDA, Francisco (1988), *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Vila Real, UTAD, tese de doutoramento.
- CEPEDA, Francisco (1991), «O regresso dos emigrantes ao Nordeste interior português e o seu contributo para o desenvolvimento da região», in *Brigantia*, vol. XI, n.^{os} 1-2, pp. 3-32.
- CEPEDA, Francisco (1993), «O Nordeste interior português e a emigração», in *Brigantia*, vol. XIII, n.^{os} 1-2, pp. 191-209.
- CEPEDA, Francisco; RIBEIRO, Manuela, e NOBRE, Sílvia (1995), «Emigração, regresso e desenvolvimento dos meios rurais em Trás-os-Montes. Os sentidos e as dinâmicas desta triangulação», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo, organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 48-55.
- COELHO, José Rebelo (1995), «A integração da mulher migrante nas sociedades de acolhimento», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo, organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 17-19.
- CÓNIM, Custódio (1983/84), «Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1981», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 26, pp. 73-126.
- CORDEIRO, Albano (1993), «La communauté portugaise de France», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 362-370.
- GOLDEY, Patrícia (1981), «Emigração e estrutura familiar. Estudo de um caso no Minho», in *Estudos Contemporâneos*, n.^{os} 2-3, pp. 111-127.
- GOLDEY, Patrícia (1983), «Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho: 1876-1976», in *Análise Social*, vol. XIX, n.^{os} 77-78-79, pp. 995-1023.
- GUERREIRO, José (1981), «Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.^{os} 1-2, pp. 31-69.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1993), «Portugueses na região parisiense — reinvenção dos laços sociais», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 348-361.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), «Trajectória familiar portuguesa na região parisiense», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo,

- organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 123-130.
- LECHNER, Elsa (1997), «Emigrantes transmontanos em Paris», in *Brigantia*, vol. xvii, n.º 3-4, pp. 85-88.
- LEEDS, Anthony (1983), «Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal», in *Análise Social*, vol. xix, n.º 77-78-79, pp. 1023-1043.
- LEEDS, Elizabeth (1983), «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», in *Análise Social*, vol. xix n.º 77-78-79, pp. 1045-1081.
- LEITE, Maria Carolina (1993), «A casa em construção: actores e decisores», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 193-205.
- LOPES, Policarpo (1995), «A família dividida pela emigração», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo, organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 99-109.
- LOPES, Sérgio Gaspar (1998), «Le Portugal et ses émigrés», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 53-89.
- LOURENÇO, Eduardo (1998), «La nef des sages ou la fin de l’émigration», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 15-23.
- MÓNICA, Maria Filomena (1996), *Os Costumes em Portugal*, Lisboa, *Cadernos Público*, n.º 1.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1993), «Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 323-347.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta.
- NOBRE, Sílvia (1993), *Emigration, retour et agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal)*, tese apresentada com vista à obtenção do diploma *hautes études* do Centre International de Hautes Etudes Agronomiques Méditerranéennes, *master of science* do Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, França.
- NOIRIEL, Gerard (1998), «Flux et reflux de la migration portugaise», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 45-52.
- PEIXOTO, João (1993), «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 278-307.
- PELOTTE, Joaquim (1995), «A comunidade portuguesa na Alemanha: características, potencialidades e perspectivas», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo, organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 112-118.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, Porto, Regra do Jogo.
- POINARD, Michel (1983), «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», in *Análise Social*, vol. xix n.º 76, pp. 261-296.
- PORTELA, José (1986), *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes*, Porto, Afrontamento.
- PORTELA, José (1988), *Rural Household Strategies of Income Generation. A Study of North-Eastern Portugal, 1900-1987*, University of Wales, tese de doutoramento.
- RIBEIRO, Manuela (1997), *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas em Regiões de Montanha (Barroso, 1940-1990). Um Estudo de Sociologia em Que as Mulheres também Contam*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, textos universitários de ciências sociais e humanas (tese de doutoramento, 1992, UTAD, Vila Real).

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1983), «O regresso imaginado», in *Nação e Defesa*, n.º 28, pp. 87-97.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986), «Remigratório: migração e retorno», in *História*, n.º 98, pp. 4-14.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; JACINTO, Rui; CORDEIRO, Ana Paula, e SANTOS, António (1988), *O Fenómeno Migratório na Região Centro. Regresso e Reinserção na Diocese de Coimbra*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Caritas Diocesana de Coimbra.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1998), «Les temps mythiques des migrations», in M. B. Rocha-Trindade e F. H. M. Raveau (orgs.), *Presence portugaise en France*, Lisboa, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, pp. 25-37.
- SERRÃO, Joel (1985), «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, XXI, n.ºs 87-88-89, pp. 995-1004.
- SILVA, Manuela (1985), «O fenómeno do retorno na dinâmica do emprego e do desenvolvimento regional», in *Desenvolvimento*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, n.º 2, pp. 115-132.
- SILVA, Manuela (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, IED.
- SOARES, Manuel (1995), «A mulher — um pilar da emigração», comunicação ao Encontro Mundial de Mulheres Migrantes — Gerações em Diálogo, organizado pela Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade Mulher Migrante, Espinho, 18-21 de Março de 1995, Lisboa, 22 de Março de 1995, pp. 56-57.
- TRIGO, Maria Márcia (1981), «Mulheres em contexto de emigração», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.ºs 1-2, pp. 217-223.
- VILLANOVA, Roselyne de (1988), «Le migrant constructeur – transferts de pratiques et de savoir-faire dans l’habitat au Portugal», in *Merides – Revista de Antropologia e de Sociologia Rural da Europa do Sul*, n.ºs 7-8, pp. 969-993.
- VILLARES, Artur (1985), *A Emigração Clandestina em Montalegre*, Montalegre, ed. da Câmara Municipal, *Cadernos Culturais*, n.º 6.
- WALL, Karin (1993), «Classe social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajetórias dos migrantes de origem rural», in M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, pp. 184-192.
- WALL, Karin (1982), *A Outra Face da Emigração. Estudo sobre a Situação das Mulheres Que Ficam no País de Origem*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina.